

Diário do Legislativo de 24/09/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Arlen Santiago (PTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Leonardo Moreira

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

6) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PP)

7) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

8) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Paulo PP Vice-Presidente
Piau

Deputado Dalmo BPSB
Ribeiro Silva

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado Jô Bloco
Moraes PT/PCdoB

Deputado PMDB
Leonardo Quintão

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP
Coelho

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Roberto Bloco
Carvalho PT/PCdoB

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente

César

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado PP
Pinduca Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo PL
Moreira

Deputado Doutor PFL
Viana

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado André Bloco
Quintão PT/PCdoB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Bonifácio Mourão

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado Durval Bloco
Ângelo PT/PCdoB

Deputado PL
Leonardo
Moreira

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Dalmo BPSB
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco
Prado PT/PCdoB

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente
Pacífico

Deputada Vanessa BPSB Vice-Presidente
Lucas

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Antônio PMBD
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Bloco
Moraes PT/PCdoB

Deputado Jayro PL
Lessa

Deputado Chico PMDB
Rafael

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco Presidente
Ângelo PT/PCdoB

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado BPSB
Mauro Lobo

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PCdoB

Deputado PMDB
Gilberto
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Marília Bloco
Campos PT/PCdoB

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado Roberto Bloco
Carvalho PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputada Ana BPSB Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputado Weliton Bloco
Prado PT/PCdoB

Deputado Sidinho PL
do Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dalmo BPSB
Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputada Maria Tereza Bloco
Lara PT/PCdoB

Deputado Alberto PL
Bejani

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Ermano Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Mauro BPSP
Lobo

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PCdoB

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José PL
Milton

Deputado Neider BPSP
Moreira

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Rogério Bloco
Correia PT/PCdoB

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente
José Haueisen PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSB Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado José PL
Milton

Deputado PMDB
Leonardo
Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco
Augusto PT/PCdoB

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputada Olinto BPSB
Godinho

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Chico PMDB
Rafael

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente
Quintão PT/PCdoB

Deputado PFL Vice-Presidente
Gustavo Valadares

Deputado Mauro BPSB
Lobo

Deputado João PL
Bittar

Deputado PMDB
Leonardo
Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco
PT/PCdoB

Deputada Lúcia BPSB
Pacífico

Deputado Olinto BPSB

Godinho

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PP Presidente

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente
João PT/PCdoB

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Leonardo PL
Moreira

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco
Haueisen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado João Bittar PL

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSP Presidente
Olívia

Deputado Bloco Vice-Presidente
Laudelino Augusto PT/PCdoB

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Durval Bloco
Ângelo PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Bloco Presidente
Duarte PT/PCdoB

Deputado Fahim BPSP Vice-Presidente
Sawan

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Neider BPSP
Moreira

Deputado Célio PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Roberto PL
Ramos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente

Sargento
Rodrigues

Deputado Alberto Bejani PL Vice-Presidente

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Rogério Correia Bloco
PT/PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Mauro BPSP
Lobo

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Biel Rocha Bloco
PT/PCdoB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto PL Presidente
Bejani

Deputada Marília Bloco Vice-Presidente
Campos PT/PCdoB

Deputado Alencar BPSP
da Silveira Jr.

Deputado André Bloco
Quintão PT/PCdoB

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL
Passos

Deputada Maria José Bloco
Haueisen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPS
Resende

Deputado Padre João Bloco
PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputado Antônio Carlos BPS
Andrada

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Paulo César

Deputada BPS Vice-Presidente
Maria Olívia

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PCdoB

Deputado PL
Márcio Passos

Deputado PMDB
Chico Rafael

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputado Laudelino Bloco
Augusto PT/PCdoB

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 21ª Reunião Especial - Destinada a Homenagear a Sociedade Amigas da Cultura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 22/9/2003

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Homenagem póstuma - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Maria Olívia - Palavras da Sra. Anita Uxa - Apresentação musical - Entrega de placa - Apresentação musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ana Maria Resende - Dalmo Ribeiro Silva - José Henrique - Maria Olívia - Mauro Lobo - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Sebastião Navarro Vieira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas

sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Anita Uxa, Fundadora e Presidente da Sociedade Amigas da Cultura; Marisa Campos Gomes da Silva, ex-Diretora e atual Conselheira; e Letícia Nelson de Senna, Presidente do Conselho; os Exmos. Srs. José Maria Couto Moreira, Procurador do Estado; José Osvaldo Lasmar, Secretário de Estado Adjunto da Cultura; Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; Aluísio Pimenta, Assessor Especial do Governador; e a Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Sociedade Amigas da Cultura pelo transcurso de seus 50 anos de fundação.

Homenagem Póstuma

O locutor - O Hino Nacional não será executado em respeito ao falecimento da Sra. Risoleta Neves, ocorrido ontem. Solicitamos 1 minuto de silêncio em sua homenagem.

- Procede-se a homenagem póstuma.

Palavras do Sr. Presidente

Senhoras e senhores, esta Presidência sente-se honrada em abrir a reunião especial em homenagem aos 50 anos da Sociedade Amigas da Cultura, a requerimento da atuante Deputada Maria Olívia. Arte e cultura – os dois motivos de existência dessa sociedade, que, há meio século, empenha-se em sua tarefa, defesa e divulgação – significam, em última instância, a alma e o espírito de um povo. Todo trabalho de criação exige longo caminho de aperfeiçoamento e dedicação que, ao mesmo tempo, afina a sensibilidade de seus autores, resultando num produto a ser solidariamente repartido com toda a comunidade.

A obra de arte - quando apenas busca a beleza ou quando traz a reflexão e o questionamento sobre o mundo - tem a função de arrebatá-los da rotina, da repetição, do colorido muitas vezes cinzento do cotidiano. Arte e cultura expressam o melhor da humanidade, pois trazem a beleza e a harmonia junto à inquirição sobre os rumos tomados pela civilização, até o alcance de todos os olhares e mentes. Se não há arte, se não há cultura, a vida estreita-se, empobrece, perde a largura do horizonte.

Assim, debruçando-se sobre a necessidade espiritual dos mineiros, especialmente dos de sua Capital, três mulheres admiráveis, de origem européia, Anita Uxa, Lilly Kraft e Maria Schreiber, criaram grupo de 28 associadas, passando a reunir-se regularmente, em torno de palestras, recitais e exposições. De início, os eventos realizavam-se nas residências das participantes. Escritoras, pintoras e outras intelectuais, além de interessadas fruidoras culturais, foram-se juntando ao movimento. Entre inúmeras outras, Henriqueta Lisboa, Lúcia Machado de Almeida, Sara Ávila e Priscila Freire. Hoje, novamente presidida pela fundadora Anita Uxa, a Sociedade, transformada em entidade de utilidade pública, faz parte não só da vida, como da memória afetiva de Belo Horizonte. A promoção de eventos pioneiros nos mais diversos campos da arte marca a trajetória do grupo durante essas cinco décadas. Entre cursos, peças teatrais, exposições de arte partilhadas com o público de nosso Estado, destaca-se a importante coleção de arte sacra reunida pelas Amigas da Cultura e cedida em comodato ao Museu Mineiro. Essa, talvez, seja a maior prova da falta de egoísmo e do espírito público dessas mulheres, dispostas a dividir com o mundo a posse de seu maior tesouro.

Minas, com seu passado religioso e barroco, tem sido permanentemente vítima de inescrupulosos negociantes de objetos de arte, quando imagens e outras peças raras vêm sendo criminosamente subtraídas de capelas guardadas sobretudo pela ingenuidade e pela boa-fé de sua gente. Na contramão dessa atitude, que tem vergonhosamente alimentado as páginas policiais de nossos jornais, está o gesto exemplar das Amigas da Cultura. A arte, apesar de seu valor de mercado, é patrimônio de todos e deve estar ao alcance das diversas gerações, principalmente as futuras. Assim, teremos sempre presente a consciência de nossa identidade, formada no passado, pelas mãos muitas vezes anônimas de nossos artistas e artesãos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao homenagear, nesta noite, a Sociedade Amigas da Cultura, reconhece a persistência de um trabalho contínuo, desinteressado e incansável em prol do bem comum. Os mineiros têm gratidão e orgulho pelo trabalho dessas mulheres – várias delas já falecidas – e necessitam de sua continuação. Com toda a certeza, temos bem mais que esperança; temos fé em que, daqui a 50 anos, estaremos, com toda emoção, comemorando o centenário da tão querida Sociedade Amigas da Cultura. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Maria Olívia

Exmo. representante do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres, nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva; senhora fundadora e Presidente da Sociedade Amigas da Cultura, Anita Uxa; Sra. ex-Diretora e atual Conselheira da Sociedade Amigas da Cultura, Mariza Campos Gomes da Silva, que ingressou nesta sociedade desde 1971, esposa do Vice-Presidente da República; senhora Presidente do Conselho da Sociedade Amigas da Cultura, Letícia Nelson de Senna; Exmo. Sr. Procurador do Estado José Maria Couto Moreira; Secretário de Estado Adjunto da Cultura, José Osvaldo Lasmar; Sr. Assessor Especial do Governador, Prof. Aluísio Pimenta; Presidente da Academia Mineira de Letras, Sr. Murilo Badaró; senhores Deputados, senhoras Deputadas, amigos que aqui se encontram.

Há 50 anos, vêm as mulheres defendendo e promovendo a arte e a cultura em Minas Gerais. Essas mulheres, há mais de uma geração agrupadas em torno da Sociedade Amigas da Cultura, têm reelimentado e expandido o ideal das três fundadoras: Lilly Kraft, Maria Schreiber e Anita Uxa. Dona Anita, uma das precursoras, está de volta à presidência da entidade, hoje de utilidade pública e firmemente entranhada na vida belo-horizontina.

Tantos eventos inesquecíveis, com a chancela Amigas da Cultura, constituem hoje marcos na história cultural da cidade.

Na inauguração do Teatro Marília, uma peça apropriadamente intitulada "Mulheres", com direção da inigualável Dulcina de Moraes, reunia 35 atrizes selecionadas pelas Amigas da Cultura. A data não podia ser mais significativa: 12 de dezembro, o aniversário de Belo Horizonte.

Com seu idealismo e generosidade, o grupo soube, em vários momentos, presentear a cidade onde atuava. Assim, a Praça Alasca recebeu, como doação das Amigas da Cultura, a escultura de Amílcar de Castro, mineiro de fama internacional e, inquestionavelmente, um dos maiores artistas brasileiros do século XX.

Nos anos pioneiros, a mulher ainda lutava para abrir brechas e ter reconhecidos o seu talento e o seu lugar na sociedade. Uma das campanhas dessas sensíveis amantes da arte, mas também mulheres "antenas" com as transformações do mundo, foi o bem-sucedido movimento pela eleição de Henriqueta Lisboa, nossa grande poeta, para a Academia Mineira de Letras, em 1963. Como consequência, nosso Estado tornou-se pioneiro, antecedendo em uma década a abertura da Academia Brasileira de Letras para a presença de escritoras, com a posse de Rachel de Queirós.

A própria Henriqueta, bem como Lúcia Machado de Almeida, também uma festejada escritora, pertenceu à Amigas da Cultura. Sem nunca ter sido uma entidade feminista, embora apoiando a mulher quando necessário, a sociedade incentivou artistas e pensadores de ambos os sexos nos campos da música, do teatro, da dança, da literatura e das artes plásticas.

Entre tantos que colaboraram com seus cursos, palestras e exposições, temos uma sucessão de personalidades que marcaram época: Abgar Renault, Ayres da Mata Machado, Sílvio Vasconcelos, Maria Luísa Ramos, Fábio Lucas, Artur Versiani Veloso, Maria Lúcia Godoy, Ivo Pitanguy, Vinícius de Moraes, Bárbara Heliodora Carneiro de Mendonça, Maria Fernanda, Jorge Amado, Burle Marx, Murilo Rubião, Moacyr Laterza, Marina Colasanti.

A cultura sempre foi levada a sério por essas mulheres que debateram o nascente estruturalismo, nos anos 70, e a disciplina do amor, com Lygia Fagundes Telles, nos anos 80. O barroco e o modernismo de Minas foram discutidos, assim como a psicanálise e a interpretação dos sonhos. Por outro lado, jovens mineiros talentosos não eram esquecidos, recebendo prêmios e bolsas de incentivo para que pudessem desenvolver sua criatividade.

Ao mesmo tempo, foi sendo formado um acervo de mais de 100 obras de artes plásticas de importantes artistas contemporâneos e uma coleção de arte sacra, esta incorporada ao acervo do Museu Mineiro, por um comodato de dez anos, em que se destacam peças de autoria do lendário mestre de Piranga.

Cinquenta anos de história não se resumem em poucos minutos. Portanto, não há como mencionar todas as realizações e muito menos os nomes de todas as mulheres que contribuíram e ainda contribuem para essa trajetória de sucesso. Ficam citadas aqui, representando todas as outras, aquelas que presidiram a entidade: Anita Uxa, Rhea Sylvia Mourão, Luciana Gonzaga, Lúcia Sampaio Flores, Marina Sabino, Ana Amélia Faria, Priscila Freire, Lea Pimenta, Sara Ávila, Dilma Berutti e Maria Letícia Nelson de Senna.

Cada uma delas marcou sua gestão com competência, dinamismo e, sobretudo, muito amor à arte e à cultura.

Para terminar, gostaria de citar entrevista de Dona Anita Uxa ao jornalista Walter Sebastião, que tão bem exprime a generosidade e o espírito público das Amigas da Cultura: "Arte não é para ficar fechada no armário", disse a admirável Dona Anita. Assim, visitando o Museu Casa Guignard, em Ouro Preto, constatou que, apesar de existirem tantos quadros do artista em coleções particulares, o acervo do museu era limitadíssimo, justamente pela falta do hábito de doação entre os colecionadores. Não hesitou, em ato de invulgar desprendimento, em presentear a Casa Guignard com seu próprio retrato pintado por aquele mestre.

As Amigas da Cultura, a exemplo de sua atual Presidente, sabem dividir com os outros as suas preciosidades: doam e presenteiam. Há 50 anos vêm presenteando esta cidade e este Estado com seu dinamismo, sua persistência e a devoção com que traduzem sua relação espiritual com a arte.

Parabéns, Amigas da Cultura! Obrigada, Amigas da Cultura, em nome de todo o povo mineiro. Esta homenagem da Assembléia Legislativa reconhece em seu trabalho a realização de um ato necessário, generoso e que jamais poderá ser interrompido. Muito obrigada.

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento, a Sra. Letícia Nelson de Senna, Presidente do Conselho da Sociedade Amigas da Cultura, fará a entrega de um arranjo de flores à Deputada Maria Olívia, em reconhecimento a esta iniciativa.

Palavras da Sra. Anita Uxa

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Deputada Maria Olívia, demais Deputados, senhoras e senhores.

Convidada para falar nesta honrada Assembléia Legislativa em nome da Sociedade Amigas da Cultura, agradecendo esta homenagem, que muito nos lisonjeia, sinto-me emocionada, preocupada por não estar à altura do recado. Mas não quero decepcionar a Deputada Maria Olívia nem a amiga Letícia Nelson de Senna, Presidente do nosso Conselho, que armaram este acontecimento. Vou nomear também a minha amiga Mariza.

Não é a primeira vez que a Sociedade Amigas da Cultura entra em contato com esta nobre Casa. A data mais importante é a de 1967, quando, pela impressionante expansão desse movimento feminino, sentiu-se a necessidade de uma sede própria para as reuniões da diretoria. Recorremos, então, às autoridades políticas.

O nosso histórico, que se tornará um livro, registra uma troca de cartas entre o Governador Magalhães Pinto e a Presidente de então, Lúcia Sampaio Flores. Entretanto, houve uma mudança de governo, e o Dr. Israel Pinheiro, que sucedeu ao Dr. Magalhães Pinto, acolheu o nosso pedido e o encaminhou à Assembléia, que liberou a verba.

No processo, destacam-se os Deputados Bonifácio José de Andrada e Manoel Costa. Assim, ganhamos nossa primeira sede no Edifício Hércules, na Rua Espírito Santo, e, em 31/3/67, houve a inauguração. Ter uma sede própria foi um acontecimento muito importante para a sociedade. Partimos com mais coragem, mais segurança de sermos compreendidas no nosso trabalho divulgador de cultura. A propósito desta palavra tão desgastada, encontrei no histórico uma declaração de Rhea Sylvia Mourão Hollo, Presidente de 1961 a 1963 e nossa advogada. Disse ela: "Deixar claro que não era finalidade do grupo realizar promoções caritativas, uma vez que as mesmas não tratavam da fome do corpo, e sim do espírito, não ajudamos os menos favorecidos, mas sim aos privilegiados".

Queria mencionar também nesta Casa de legislação a primeira ocasião em que a Sociedade Amigas da Cultura levantou seus escudos em prol de uma nova lei sobre a mulher. O estopim foi uma conferência do Prof. José Olímpio de Castro Filho sobre a questão dos direitos da mulher casada no Direito civil brasileiro, cuja proposta de mudança estava em andamento na Assembléia Nacional. A conferência provocou uma reação inédita na Sociedade, que, na ocasião, aprovou moção de apoio ao projeto, que concedia "igualdade de direito às mulheres e de repúdio à incapacidade relativa da mulher casada". Sendo nossa moção enviada à Assembléia Nacional implicitamente, esta foi informada de nossa posição. Pela primeira vez, a Sociedade Amigas da Cultura manifestou publicamente sua opinião em defesa dos interesses morais da mulher, o que gerou grande interesse, inclusive da parte da imprensa nacional, nos jornais "O Globo" e "Jornal do Brasil".

Gostaria de citar uma frase de cada Presidente que caracterizasse o seu próprio empenho com a cultura; não sendo possível, limito-me a nomeá-las: Rhea Sylvia Mourão Hollo, Ciana Gonzaga, Lúcia Sampaio Flores, Marina Gomes Sabino, Anna Amélia Faria, Priscila Freire, Lea Pimenta, Sara Ávila, Dilma Berutti, Maria Leticia Nelson de Senna e Anita Sulenti Uxa.

Neste momento tão importante para a nossa história cinquentenária, quero elogiar esta Casa de representantes do povo mineiro, que muita importância teve na luta pela democratização deste País. País grande pela força de sua natureza, pela sua magnitude territorial, que só se diferencia pelos seus costumes, seu folclore, sua arte, seus sotaques característicos regionais, mas que é unificado por uma só língua.

Eu, que nasci no Nordeste da Itália, lembro que me senti estrangeira no Sul da minha própria terra, durante a II Guerra Mundial, pois a península tem tantos dialetos quantas são as suas regiões, e chegam a ser verdadeiros idiomas diferentes; mas, em compensação, nunca esquecerei o calor e a solidariedade do povo do Sul naquela dramática emergência.

Na história da humanidade, na ciência, na filosofia, na poesia e na arte, nas grandes páginas onde se escreveu o pensamento do "homo sapiens" em sua trajetória, sempre poderemos encontrar respostas às nossas dúvidas, conforto na perdas, elevando o espírito sobre a matéria. A cultura sempre será barreira de defesa contra a barbárie e a violência. Por esta razão este nome "Amigas da Cultura", definido como pernóstico no começo de nosso caminho. Improvisado na época para patrocinar o I Festival de Balé de Klaus Vianna, nunca foi mudado nem nunca perdeu seu sentido.

Sem pretensão, portanto, mas com a consciência tranqüila, encerramos esta etapa da caminhada no tempo agradecendo a esta nobre Casa, que mais uma vez se associa à nossa causa, desta vez no cinquentenário de sua fundação.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Banda da Polícia Militar de Minas Gerais, que, sob a regência do Subtenente Renato de Almeida, interpretará a música "Esperança".

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Placa

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento, o Presidente desta solenidade, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, juntamente com a Deputada Maria Olívia, farão entrega à Sra. Anita Uxa de placa alusiva a esta homenagem com os seguintes dizeres: "Em 1953 surgia em Belo Horizonte um pequeno grupo de mulheres interessadas em promover atividades artísticas e culturais. Graças ao dinamismo, à determinação e ao pioneirismo de suas integrantes, esse grupo cresceu e se formalizou, constituindo uma sociedade que, desde então, vem desempenhando importante papel no panorama cultural mineiro. A homenagem do Legislativo Estadual à Sociedade Amigas da Cultura pelos seus 50 anos de fundação."

- Procede-se à entrega de placa.

Apresentação Musical

O locutor - Mais uma vez, teremos o privilégio de ouvir a Banda da Polícia Militar de Minas Gerais, que interpretará a música "Ibiza".

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença dos senhores e senhoras nesta noite memorável para a Assembléia Legislativa. Estamos, acima de tudo, resgatando o sentimento de gratidão a essas valorosas senhoras, que representam uma constelação de estrelas de primeira grandeza no cenário da arte e da cultura do povo mineiro. Feliz essa gente que participa e vive dentro do seu coração e da sua alma o sentimento de mineiridade. Agradeço ainda a importantíssima presença da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, guardião do povo, na pessoa do Subtenente Renato de Almeida, que abrilhantou este encontro com a apresentação de magníficos números musicais. Em nome do Presidente Mauri Torres, nossos efusivos agradecimentos aos convidados que compõem a Mesa, e às autoridades presentes.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2003, em 25/3/2003

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Maria Tereza Lara, Leonídio Bouças e Ana Maria, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida, por ser esta a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente, o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A Presidente "ad hoc" determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida a Deputada Ana Maria para atuar como escrutinadora. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Célio Moreira e para Vice-Presidente o Deputado Leonídio Bouças, ambos por unanimidade. A Deputada Maria Tereza Lara dá posse ao Deputado Célio Moreira e passa a ele a direção dos trabalhos. O Presidente eleito agradece aos colegas e empossa na Vice-Presidência da Comissão o Deputado Leonídio Bouças. Em seguida, o Presidente indica a Deputada Maria Tereza Lara para ser a relatora da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária, a ser marcada oportunamente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2003.

Célio Moreira, Presidente - Ana Maria Resende - Maria Tereza Lara.

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 10/9/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Simões, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias da pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Planejamento e Gestão; José Júlio Coelho Pallone, Gerente-Geral da Agência Gutierrez da CEF; Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da UNIMONTES, todos publicados no "Diário do Legislativo" de 4/9/2003; e do Sr. Fuad Noman, Secretário da Fazenda, publicado no "Diário do Legislativo" de 5/9/2003. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 191/2003 (Deputado José Henrique); 574/2003 (Deputado Sebastião Helvécio) e 321/2003 (Deputado Chico Simões). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 57/2003 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (relator: Deputado Chico Simões); 191/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição); 264/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, desta Comissão (relator: Deputado Jayro Lessa); 321/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Chico Simões); 512/2003 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e 3, desta Comissão (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição); e 574/2003 na forma original (relator: Deputado Sebastião Helvécio). A Presidência retira da pauta o Projeto de Lei nº 150/2003, no 1º turno, devido a aprovação de requerimento do relator, Deputado Sebastião Helvécio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2003.

Ermano Batista, Presidente - Jayro Lessa - Doutor Viana - Sebastião Helvécio - Chico Simões - Mauro Lobo.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial da UEMG, em 16/9/2003

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Ricardo Duarte e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ricardo Duarte, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. É recebida documentação da Reitoria da UEMG, e é agendada reunião com a equipe da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Domingos Sávio - Ivair Nogueira - Ricardo Duarte.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 17/9/2003

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Roberto Ramos e Biel Rocha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Roberto Ramos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a ouvir os profissionais de saúde do Hospital Odilon Behrens que prestaram atendimento ao "barman" Anderson Rodrigues Teixeira, no dia 26/8/2003, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Betinho Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Francisco Eustáquio Rabello, Corregedor-Geral de Polícia; Antônio Augusto Anastasia, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão (2), publicados no "Diário do Legislativo" dos dias 11 e 13/9/2003; João Magno, Deputado Federal, e Ricardo Duarte, Deputado Estadual, publicados no "Diário do Legislativo" de 12/9/2003; Francisco Pereira de Souza, publicado no "Diário do Legislativo" de 13/9/2003; Aldecir Resende Bollesi de Plá e Sant'Anna, Promotor de Justiça da Comarca de Contagem, em que agradece o convite para a reunião desta Comissão e informa a impossibilidade de seu comparecimento; carta do Sr. Mário Célio Siqueira, de Ponte Nova, solicitando à Comissão sua reintegração no serviço público estadual com base na Lei nº 869, de 1952; e fax do Sr. Adenilson Vieira de Sousa, Setor de Direitos Humanos do MST-DF e Entorno, comunicando que no dia 7/9/2003, na cidade de Buritis, os trabalhadores rurais sem terra fizeram uma marcha com o objetivo de cobrar uma audiência com o INCRA SR 28 e INCRA Nacional para reivindicar uma pauta que se arrasta desde o governo passado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.284/2003, em turno único. A Presidência esclarece que a outra parte da reunião não será realizada em virtude da ausência dos convidados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Roberto Ramos, Presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 17/9/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jô Moraes, Dalmo Ribeiro Silva e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Jô Moraes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Antônio Augusto Anastasia, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e de servidores do magistério estadual, de Itabira, publicados no "Diário do Legislativo" de 13/9/2003. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 102/2003, no 1º turno (Deputada Jô Moraes); Projeto de Lei Complementar nº 29/2003 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projetos de Lei nºs 885/2003 (Deputado Domingos Sávio) e 157/2003 (relator: Deputado Paulo Piau). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 680/2003 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pela relatora, Deputada Jô Moraes. Em seguida, o Presidente, relator do Projeto de Lei nº 8/2003, determina a distribuição de avulsos da matéria. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a viabilidade da padronização e compensação mútua do vale-transporte na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se no dia 18/9/2003, às 10 horas, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 8 e 680/2003, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Jô Moraes, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Leonardo Quintão.

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, em 18/9/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bonifácio Mourão, Ermano Batista, Gilberto Abramo, Leonardo Moreira e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Chico Simões. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 272/2003 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 473/2003 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Leonardo Moreira) e 708/2003 com as Emendas nºs 1 a 4 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 622/2003 (relator: Deputado Ermano Batista). Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 889/2003, o Deputado Gilberto Abramo apresenta sugestão de proposta de emenda, que é acatada pelo relator, Deputado Bonifácio Mourão. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, o qual é aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para subsidiar a discussão e a votação do Projeto de Lei nº 578/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Leonardo Moreira - Weliton Prado - Antônio Júlio.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular, em 18/9/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Leonardo Quintão e Lúcia Pacífico, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Laudelino Augusto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Lúcia Pacífico, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em face da Proposta de Ação Legislativa nº 4/2003, a realização de um debate público com as Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social (relator: Deputado Leonardo Quintão, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Leonardo Quintão, solicitando seja realizado debate público com as Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para discutir, em 27/10/2003, o 2º Festival Lixo e Cidadania; e André Quintão, solicitando ao Secretário de Planejamento e Gestão relatório de todo o patrimônio imobiliário não-edificado do Estado que possa ser destinado a programas habitacionais. O Presidente presta esclarecimentos sobre a reunião preparatória para a apresentação e discussão do PPAG e PMDI e suas respectivas audiências, que terão início no dia 2/10; sobre a audiência em Rubelita, amanhã, dia 19/9/2003; e sobre a reunião conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, dia 25/9, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 3/2003. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Rubelita, 19 de setembro de 2003.

André Quintão, Presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, em 18/9/2003

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 36/2003, no 1º turno, avocando a si a relatoria da matéria. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/2003, na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.354, 1.358 e 1.360/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Biel Rocha e Marília Campos, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, com autoridades que menciona, para debater o não-cumprimento, pelas agências bancárias, da Lei nº 12.971, de 27/7/98, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos das instituições bancárias e financeiras. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Zé Maia - Rogério Correia.

ATA DA 17ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública, em 23/9/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jô Moraes, Dalmo Ribeiro Silva e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ivair Nogueira, Ricardo Duarte. Havendo número regimental, o Presidente, Deputada Jô Moraes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 8 e 406/2003 e os Requerimentos nºs 1.295 e 1.372/2003 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião

extraordinária, na mesma data, às 14h15min, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 8 e 406/2003 e os Requerimentos nºs 1.295 e 1.372/2003, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Jô Moraes - Fábio Avelar - Leonardo Quintão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária, em 24/9/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação do nome do Prof. Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação do Requerimento nº 677/2003, do Deputado Irani Barbosa, que solicita ao Secretário da Fazenda cópias das atas do Conselho de Contribuintes do Estado, especificamente as que se referem ao disposto no art. 12, inciso I, alíneas "b" e "d", incisos I e II, do seu Regimento Interno. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 711/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre as tarifas e os contratos de permissão de serviço de transporte envolvendo o serviço de táxis especiais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 747/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que solicita ao Secretário de Defesa Social informações sobre a população carcerária, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 779/2003, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, que solicita à Secretaria da Educação informações sobre o cumprimento das Leis nºs 8.503, de 19/12/83 e 10.315, de 11/12/90, que regulamentam, respectivamente, a substituição dos livros didáticos em escolas públicas e particulares. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 792/2003, do Deputado Biel Rocha, que solicita ao Secretário de Planejamento e Gestão explicações acerca do desvio funcional e das diferenças salariais hoje existentes entre os ocupantes de cargos do corpo técnico e administrativo do setor penitenciário e os agentes penitenciários. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 803/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que solicita ao Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE- o encaminhamento a esta Casa de todos os contratos firmados pelo referido Instituto nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.585, que revoga o art 22 da Lei nº 5.945, de 11/7/72; o art 10 da Lei nº 6.565, de 17/4/75; o art 12 da Lei nº 8.019, de 23/7/81; a Lei Delegada nº 35, de 28/8/85; a Lei nº 9.532, de 30/12/87; o art. 5º da Lei nº 10.945, de 27/11/92; a Lei nº 13.434, de 30/12/99; e a Lei nº 13.533, de 11/5/2000, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 6º e 8º do art. 1º e aos arts. 3º e 4º.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 83/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.944, de 4/9/89, que alterou artigos das Leis nºs 9.578, de 10/2/89, e 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade ideal de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 296/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a proibição do repasse às empresas privadas do valor recolhido em razão da cobrança de multas e a divulgação dos valores arrecadados e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 633/2003, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivo à Lei nº 12.237, de 5/7/96, que alterou a Lei nº 10.628, de 16/1/92, que estabelece a organização e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instituído no art. 231 da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 637/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que institui o Selo Verde Agrícola, define sistema orgânico de produção agropecuária, produto da agricultura orgânica, e adota outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 697/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer a retrocessão ao Seminário Provincial do Coração Eucarístico de Jesus do imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 75/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 104/2003, da Deputada Lúcia Pacífico.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 712/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.404 e 1.406/2003, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 43/2003, do Governador do Estado; Ofício nº 1/2003, do Tribunal de Contas.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 330/2003, do Deputado Miguel Martini; 150/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 233/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 346/2003, do Deputado Alberto Bejani; 481 e 542/2003, do Deputado Antônio Júlio; 568/2003, do Deputado Gil Pereira; 832/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 841 e 842/2003, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial da Expansão do Metrô, a realizar-se às 14h30min do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.371/2003, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.378/2003, do Deputado Paulo Cesar; 1.401/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.416 e 1.417/2003, do Deputado João Bittar.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão Especial do Transporte de Automóveis, a realizar-se às 15h30min do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os convidados.

Convidados: Sra. Nilma Rogério Cândido, Procuradora Regional da Fazenda - Regional Metalúrgica; Srs. Lélio Salles Ramos, Diretor Comercial da Fiat Automóveis; Joel Jorge Guedes Paschoalin, Presidente do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos de Minas Gerais - SINDICOV -; Maurício Fernandes, Diretor da Comercial Mineira de Automóveis Ltda. - CIMA -; Luís Antônio Duarte, Diretor da CSD Engenharia e Comércio Ltda.; João de Lima Geo Filho, Diretor-Presidente da Construtora Ourivio S.A.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 25/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: averiguar a situação em que se encontra o prédio de um hospital regional construído com finalidade social, no Município de Almenara, que foi revertido em centro administrativo, que abriga vários órgãos municipais, estaduais e federais, a requerimento do Deputado Márcio Passos, com os convidados que menciona.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 25/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.349/2003, do Deputado João Bittar; 1.356/2003, do Deputado Weliton Prado; 1.368 e 1.396/2003, do Deputado Doutor

Viana; 1.420/2003, do Deputado José Milton; 1.422/2003, do Deputado Weliton Prado.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Biel Rocha, Gilberto Abramo e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2003, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a presença do Sr. Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e de representantes de diversas entidades, com a finalidade de se discutir a morte do "barman" Anderson Rodrigues Teixeira, ocorrida em 26/8/2003.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/9/2003, às 10 horas, no Salão do CAIC Professor Galvão, em Sete Lagoas, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação do córrego do Diogo, que recebe esgotos "in natura" e rejeitos industriais, exalando mau cheiro e causando sérios danos à saúde da população.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 18/9/2003

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, companheiros do Bloco PT-PCdoB, colegas da Assembléia presentes nas galerias e telespectadores da TV Assembléia, venho a esta tribuna para, nos primeiros 5 minutos, tratar de uma questão relevante para o Estado e urgente no que se refere às necessárias medidas a serem tomadas para correção e defesa do Estado e da Constituição de Minas Gerais.

Nenhum governo irá consolidar o Estado democrático de direito e de justiça negando-se explicitamente a cumprir a sua Lei Maior e a do País, como é o caso, neste momento, do Governo de Minas, que se recusa a cumprir a ordem constitucional relativa à Emenda Constitucional nº 29.

Aprendemos, nas escolas e em todas as incursões que fizemos e fazemos, que o cidadão comum pode fazer tudo o que a lei não proíbe, mas que o agente público tem a responsabilidade de cumprir as determinações legais de seu Estado e de sua função, ou seja, tem de fazer o que a lei determina. E não existe nenhuma lei mais importante que a Constituição.

Em nome das dificuldades do Estado, não é verdadeiro nem sério afirmar que não se pode cumprir a ordem constitucional - a Emenda nº 29. Pode-se afirmar que muitos Estados brasileiros não a cumprem, deixando de aplicar o mínimo de recursos no setor da saúde, mas o Estado de Minas Gerais, constituído talvez pelas maiores lideranças da história no que se refere à construção e à defesa da liberdade e da Nação, não pode incluir-se entre esses, justificando o não-cumprimento da Constituição pelo fato de outros Estados não a cumprirem.

Seria mais elegante e ético dizer que, considerando que outros Estados, vivendo as nossas mesmas dificuldades, esforçam-se e conseguem cumprir o mínimo constitucional; considerando que a imensa maioria dos municípios brasileiros cumpre a emenda constitucional, assim como o Governo Federal, o Governo do Estado irá defender a emenda e esforçar-se por cumpri-la.

Lamentável e sistematicamente, temos assistido - como hoje aconteceu na Comissão de Saúde -, a uma justificativa para não se cumprir o que determina a Emenda Constitucional nº 29.

Não podemos aceitar essa situação. A Assembléia Legislativa tem mais do que o poder, ou seja, tem o dever de defender a Constituição do Estado e do País, as leis e os interesses mais elevados da sociedade. Não existe nenhum interesse maior por parte da sociedade mineira, no momento, que a defesa, a promoção e a recuperação da saúde. Não há nenhum interesse maior que a proteção da vida das pessoas que, por falta de recursos e de uma condução mais corajosa por parte do Governo, continuam morrendo antes de serem atendidas e antes da hora.

A Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa está tomando a medida adequada e, em um esforço diplomático e com uma postura de serenidade, promoverá uma audiência pública, em conjunto com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público, na busca de soluções e de avanços, para que o Estado saia desse patamar de 5% dos recursos e busque o que tem de cumprir por determinação constitucional, ou seja, o mínimo de 10% de aplicação dos recursos definidos pela Emenda 29 para este ano.

Faço aqui algumas reflexões sobre o que está acontecendo na Assembléia Legislativa e presto contas aos meus colegas Deputados e Deputadas

e ao povo de Minas Gerais. Venho cheio de limitações e com o pleno reconhecimento de que todo ser humano é portador de qualidades e de defeitos. Estou nessa condição. Carrego em minha história algumas correções importantes. O povo e a imprensa de Minas Gerais, no momento em que atuaram para proceder às críticas necessárias, prestaram uma contribuição importante. Para podermos avançar na lógica das correções, é importante que continuem acontecendo a pressão popular, o controle da sociedade sobre o parlamento e sobre os órgãos governamentais e a atuação da imprensa, que é fundamental e legítima, no aspecto de noticiar tudo o que se passa nos diferentes Poderes, neste, inclusive. E mesmo que haja alguma reclamação de que, somos os alvos mais atacados e expostos. Não posso usar essa justificativa para negar a importância da informação. De acordo com a lógica, sendo correta, pode produzir ações corretivas. Estou convencido de que as ações corretivas são muito mais importantes que qualquer ato punitivo e de que são as que mais avançam na construção do Estado democrático de direito e de justiça.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, venho a esta tribuna para me contrapor à sua atitude, por estar convencido de que não podemos recuar e nos intimidar diante dos desafios inseridos na lógica da correção, das mudanças e das transformações exigidas neste momento da história do Brasil. Essas transformações dizem respeito a todos nós e a todas as instituições.

É preciso que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais avance rumo à correção. Há muitos problemas, alguns de difícil solução. Porém, todos são passíveis de correção. Considero que qualquer órgão, principalmente o público, pode errar. Eventualmente, pode adotar práticas passíveis de correção. Mas nenhum órgão público, na lógica da construção de uma sociedade democrática, da consolidação da justiça, pode transferir a outro a responsabilidade das correções. Se a Mesa desta Casa, nós, do Plenário, ao longo da história, praticamos atos por meio de decisões e resoluções, não podemos agora querer que eventuais correções aconteçam no Congresso Nacional, por decisão dos Deputados e Senadores, do Governo Federal.

Para que esta Assembléia se torne grande, construtora da democracia, é necessário que as incorreções sejam atacadas aqui. Por isso, não se pode aceitar que continuem existindo aqui salários absolutamente fora do contexto da realidade do País, exorbitantes, engordados com verbas de gabinetes ou apostilamentos sucessivos, sustentando os interesses de alguns, e não de todos, na lógica da equidade e da isonomia. Esta Casa tem o dever ético. Por sua vez, ética é poder, dever e, fundamentalmente, aquilo que está faltando nesta Casa: querer. Se a Assembléia não quiser e, principalmente, se não quiser por intermédio de seu Presidente, nada se faz no caminho da correção, e tudo se justifica para que isso se prolongue para outros tempos.

Clamo aos Deputados e apelo ao Presidente para que as análises que fizemos não sejam consideradas como provenientes de um Deputado ou de lógica ideológica definida para estabelecer constrangimento a quem quer que seja. Faço parte da Mesa, a qual explicitou, durante todo o tempo, que não deveríamos expor os nomes em detrimento dos atos, mas os atos, fatos, a fim de que fossem corrigidos. Logicamente, os fatos e atos deveriam ser corrigidos.

Quero aproveitar o tempo também para ouvir, pois não sou dono da verdade. Não me coloco nesta condição. O relatório não é definitivo e completo; temos mais a fazer. Todavia, esta Casa tem de se manifestar. Esse documento precisa ser analisado pela Mesa. Inicialmente, fui escolhido para analisar os salários; em seguida, o foram os Deputados Rêmolo Aloise e Antônio Carlos Andrada. Logo, não é possível que esse documento agora fique restrito a uma pessoa, para ser negado.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Quero fazer algumas considerações a respeito da Emenda Constitucional nº 29, que, hoje, foi tema de importante discussão na Comissão de Saúde. Sua promulgação parece representar o maior ganho em termos de saúde pública neste País, nos últimos anos. Em andanças pelas nossas bases eleitorais, assistimos às dificuldades por que passam as comunidades, com relação à saúde pública. Talvez devido às discussões sobre as reformas tributária e previdenciária, a questão da saúde tenha sido relegada a segundo plano. É possível que estejamos vivendo a maior crise da história na área da saúde.

Ressalte-se a importância da Emenda Constitucional nº 29. O fato de termos convocado essa audiência pública em que os poderes constituídos estarão presentes para discutir o cumprimento da Emenda Constitucional é extremamente importante, até porque devemos lembrar-nos sempre de que o Estado de Minas Gerais hoje tem um orçamento equivocado, porque preceitos constitucionais não têm sido, historicamente, incluídos na discussão do orçamento, chegando a uma situação de estrangulamento na hora de se cumprirem tais preceitos.

Essa audiência vem em ótimo momento e acho que conseguimos chegar a um bom termo da discussão, para que não julguemos antes de saber as reais condições e o caminho que podemos tomar com o objetivo de corrigir essa distorção. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Infelizmente, Deputado Célio Moreira, não posso conceder-lhe aparte, porque meu tempo já acabou.

Apresentarei o relatório a todos os Líderes e Vice-Líderes aqui presentes, para tomarem conhecimento de seu teor. Em momento oportuno virei a esta tribuna detalhar esse relatório para que os Deputados, os trabalhadores e o povo de Minas Gerais possam conhecê-lo em sua totalidade e, assim, fazer o julgamento que acharem mais adequado, em face do momento que estamos vivendo. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, telespectadores da TV Assembléia, não é de hoje que o cidadão brasileiro se queixa, com razão, do emaranhado de leis, decretos, regulamentos e atos normativos de toda ordem, que o poder público lhe impõe e que ele tem enorme dificuldade para acompanhar, não obstante a existência de norma legal, sacramentada pelo art. 3º da Lei de Introdução do Código Civil, segundo a qual ninguém pode escusar-se de cumprir a lei alegando que não a conhece.

A bem da verdade, esse quase caos que caracteriza o universo legislativo não é privilégio nosso. Diríamos mesmo que, com maior ou menor intensidade, ele ocorre na maioria dos países, muitos dos quais, no entanto, vêm procurando equacioná-lo por meio da codificação ou da consolidação das leis. É o caso da Grã-Bretanha, país de direito não codificado, onde se implantou a chamada consolidação como fórmula para eliminar a pluralidade de textos legais, substituindo-os por um único texto que não introduz alterações substanciais na legislação. É também o caso da Alemanha, onde o processo de consolidação recebeu a denominação de "purificação do direito", produzindo, tal qual na Itália, o chamado "texto único". Esse documento, na Bélgica, denomina-se "lei básica", em torno da qual se consolidam os diplomas legais congêneres. Na França, apelou-se para a codificação, que difere da consolidação porquanto não só reúne as leis como as altera de acordo com as exigências e reivindicações da representação parlamentar.

No Brasil, embora a questão se fizesse presente havia muito, o processo de consolidação das leis, no âmbito federal, só foi realmente desencadeado com o advento da Lei Complementar nº 95, de 1998. A partir daí, iniciou-se o processo para chegarmos ao ordenamento sistemático da legislação existente, garantindo a certeza da vigência dos variados diplomas legais superpostos, além de facilitar-nos o acesso ao conhecimento das regras vigentes. Em sequência, veio a Resolução nº 33/99, da Câmara dos Deputados, que tem o efeito de norma regimental, à qual seguiu-se a Lei Complementar nº 107, de 2001. Com isso, definiu-se o caminho para a consolidação como reunião de normas legais, sem alteração de mérito.

Esse trabalho em desenvolvimento no Congresso Nacional tem dimensões que dispensam comentários: existem hoje, no Brasil, integrando o ordenamento federal, cerca de 25 mil leis e 5 mil decretos-leis, além de aproximadamente 4 mil medidas provisórias, sem mencionar uma infinidade de decretos, portarias, resoluções e outras normas legais. Convenhamos que reunir toda essa matéria em documento uno, abrangente e coerente é trabalho para muitos e por muito tempo.

No âmbito dos Estados, e especificamente em Minas Gerais, a necessidade de pôr ordem na questão é idêntica. Há muito se faz sentir, entre nós, a necessidade de depurar e organizar a extensa legislação estadual. E é em razão disso que saudamos com entusiasmo a chegada a esta Casa da Mensagem nº 102/2003, do Executivo, capeando a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, como primeiro passo para a consolidação da legislação mineira.

A mensagem do Governador Aécio Neves reflete a primordial preocupação de S. Exa. em resgatar para Minas o papel de vanguarda e liderança de que nosso Estado desfrutava no âmbito da Federação. Essa preocupação, cumpre dizer, já se confirmava na reforma administrativa que está sendo empreendida com êxito e dinamismo pelo atual Governo e na qual esta Casa vem tendo participação "sine qua non".

É relevante observar que a Proposta de Emenda à Constituição nº 96/2003, em sendo aprovada, abrirá caminho também para outra medida de peso para a administração do Estado, afora a consolidação das leis. Trata-se de disciplinar, nos três Poderes, a elaboração, redação e alteração de atos normativos.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)* - Cumprimento-o pelo registro que faz. O Executivo enviou a esta Casa proposta relativa à consolidação das leis para análise da Assembléia. Há essa preocupação no Brasil e em Minas há muito tempo.

A Câmara Federal designou comissão para estudar a consolidação das leis brasileiras. Para comandar o grupo, nomeou o Deputado Bonifácio de Andrada, pai de V. Exa., com sua maestria e sabedoria, na qualidade de professor de Direito Constitucional e profundo conhecedor do direito. Essa comissão elaboraria os princípios básicos, para que houvesse uma norma que orientasse a consolidação das leis no Brasil.

Àquela época, recebia da direção da Assembléia, quando tinha na Presidência o Deputado Romeu Queiroz, a honrosa incumbência de coordenar um grupo de trabalho. Dessa forma, seria possível conduzir, a exemplo do que estava sendo feito por seu pai na Câmara Federal, uma proposta de consolidação das leis na Assembléia Legislativa.

Tive a alegria de coordenar o grupo de trabalho, chefiado na sua parte técnica pelo Dr. Edgar Amorim Filho, que, na próxima segunda-feira, assumirá sua vaga no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Saiu desta Casa depois de realizar bom trabalho, auxiliando essa comissão para o Tribunal de Alçada.

Há, nesta Casa, proposta de estudo da consolidação das leis no Estado de Minas Gerais feita pelo Edgar Amorim, a qual tramita desde aquela época, sendo renovada a cada legislatura.

Como estudo piloto, tramita nesta Casa uma proposta de consolidação das leis sobre meio ambiente. É um assunto mais novo, sobre o qual existe número relativamente pequeno de leis. Infelizmente, esses dois assuntos ficaram parados por praticamente oito anos.

Agora, com essa mensagem enviada pelo Executivo, talvez possamos aproveitar esse estudo realizado pela Casa e apresentar uma proposta real e inteligente para a consolidação das nossas leis.

Lembro-me bem - a título de historiar - de que naquela época começamos a vasculhar as leis existentes em Minas Gerais. Recebi, inclusive, a alcunha de "caçador de Frankensteins". Ficamos surpresos com a balbúrdia existente na legislação mineira, por causa da prática constante que havia, até aquela época, de introduzir matéria completamente distinta em uma proposta de lei que já estivesse tramitando em 2º turno.

Encontramos no projeto que instituía a Fundação de Meio Ambiente um aumento para os bailarinos do Palácio das Artes, que não tinha relação nenhuma com a proposta original. Quem poderia descobrir um artifício como esse, destinado a conceder benefícios para os bailarinos da Fundação Clóvis Salgado, numa proposição que tratava de meio ambiente? Por isso, mais do que nunca, urge que façamos em Minas Gerais uma consolidação das leis. Somente sobre pessoal temos mais de 5 mil leis que precisam ser consolidadas num texto único.

Parabéns a V. Exa. por trazer, como Líder do PSDB, esse assunto à Casa, a partir da proposta que nos foi enviada pelo Executivo. É hora de trabalhar para que tenhamos uma norma de consolidação das nossas leis. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção do ilustre colega. Sem dúvida, todo o trabalho que realizou durante anos nesta Casa será base importante para alavancar essa iniciativa do Executivo, concretizada na mensagem enviada pelo Governador. É um reforço que ganhamos. À medida que o Executivo se mobilizar em prol desse objetivo, haverá convergência de vontades, esforços e estruturas. V. Exa., com certeza, será peça fundamental nesse processo dentro da Assembléia Legislativa.

Voltando ao disciplinamento, nos três Poderes, da elaboração, redação e alteração de atos normativos, essa regulamentação, que já vigora na esfera do Executivo, por força no Decreto nº 43.512, de 2003, é fruto dessa louvável preocupação do Governador Aécio Neves de inovar para melhorar. Cumpre, agora, estender tais normas aos demais Poderes.

Em consonância com nosso Regimento, a proposta de emenda à Constituição será examinada por Comissão Especial, antes de vir para discussão e votação em Plenário. Não temos dúvida de que os futuros membros da Comissão, designados pela Mesa, estarão conscientes da importância da proposta e darão o melhor de si para transformá-la em norma jurídica perfeita. Desde já, conclamamos a todos para esse hercúleo trabalho, que constitui a primeira etapa para a consecução do objetivo maior: com efeito, promulgada a emenda à Constituição, deveremos fazer tramitar projeto de lei complementar que a regulamente, para o qual também contamos com o apoio da Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos certo de que, a esta altura, os colegas parlamentares bem podem aquilatar a relevância das medidas visadas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003. Ao aprová-la, esta Casa demonstrará louvável comunhão de idéias com o Executivo quanto a matéria do mais elevado interesse para o povo mineiro. Por outro lado, estaremos lado a lado com a União, num esforço para transformar os atos normativos oficiais em documentos atualizados, coerentes e objetivos, além de viabilizar o acesso do cidadão ao ordenamento legal. Salvo equívoco de nossa parte, Minas Gerais está entre as primeiras unidades da Federação a sensibilizar-se quanto ao tema, adotando providências efetivas para equacioná-lo. Portanto, conclamamos os prezados Deputados a apoiar a tramitação da matéria, para que possamos oferecer aos mineiros esse importante instrumento, com profundas repercussões no nosso mundo jurídico. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, servidores da Casa, venho hoje a esta tribuna para dar prosseguimento à divulgação das informações referentes à discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2004 a 2007, bem como do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI. Esses projetos estratégicos para Minas serão encaminhados com a lei orçamentária estadual até o dia 30 de setembro. A Comissão de Participação Popular, com o suporte técnico desta Assembléia, construirá, juntamente com a Secretaria de Planejamento, processo de consulta pública durante a tramitação desses projetos. É a primeira vez que isso acontece na história do nosso Estado e das Assembléias Legislativas brasileiras. Temos tradição de participação na lei

orçamentária e nas audiências públicas regionais. As Prefeituras também promovem a participação popular por meio dos orçamentos participativos, mas ainda existe pouca análise coletiva de projetos estruturantes que ditam caminhos para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, dos Estados e do País.

Neste ano, o Governo Lula, do PT, promoveu, pela primeira vez na história do Brasil, audiências estaduais com consultas temáticas aos conselhos setoriais de saúde e assistência sobre as prioridades para o Brasil. Foram 26 audiências regionais, sendo uma em cada Estado, e mais uma no Distrito Federal, que reuniram 2.170 entidades da sociedade civil brasileira, ou seja, quase 5 mil pessoas. No dia 29 de agosto, apresentou-se o Plano Plurianual - PPA Brasil -, com 374 programas e 4.300 ações, totalizando investimentos da ordem de R\$1.800.000.000,00 para os próximos quatro anos em todo o País. Nós, da Comissão de Participação Popular, tivemos a honra de integrar o PPA aqui em Minas, cumprindo deliberações da resolução que criou essa comissão permanente, com o apoio da Mesa desta Casa. Tivemos diálogo construtivo com a Secretaria de Planejamento e, no dia 17 último, fechamos calendário de audiências para o mês de outubro. Muito mais do que comunicar, gostaria de fazer convite sincero aos Deputados, independentemente da atribuição de cada um de analisar livremente o PPAG e o PMDI, para que ingressem conosco nessas discussões.

Essas audiências públicas foram organizadas juntamente com entidades da sociedade civil, como UFMG, Ação Social Arquidiocesana, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais, FAEMG, CDL, entidades vinculadas aos servidores públicos, etc. O calendário está fechado. No dia 2 de outubro, haverá palestra de apresentação geral do PMDI e do PPAG. São projetos que ditam as prioridades do Estado para os próximos quatro anos, no caso do PPAG, e até 2020, no caso do PMDI. No dia 9 de outubro, haverá uma discussão sobre os rumos do desenvolvimento econômico no Estado; no período da tarde, os grupos de trabalho discutirão cada projeto estruturador apresentado pelo Governo, com apresentação de sugestões que poderão ser transformadas em emendas populares. Os grupos de trabalho se dividirão em temas como infra-estrutura, agricultura, serviços e indústria, energia e meio ambiente. Serão discutidos, no dia 9, aproximadamente 15 projetos estruturadores. No dia 16, haverá audiência pública sobre desenvolvimento social, com debate geral no período da manhã e, à tarde, grupos de trabalho sobre projetos estruturadores nas áreas de saneamento, educação, segurança, habitação, Projeto Minas Sem Fome e trabalho, totalizando mais dez projetos estruturadores. No dia 30, pela manhã, haverá debate geral sobre modernização administrativa, gestão, qualidade dos serviços públicos, servidores, política de pessoal e recursos humanos. À tarde, grupos de trabalho sobre os projetos estruturadores relativos ao centro administrativo, ao corredor cultural da Praça da Liberdade e ao choque de gestão (pessoas, qualidade e inovação na administração pública); e outro grupo sobre modernização da Receita Estadual e parceria público-privada. No dia 24, será realizada audiência pública em Araçuaí, para marcar a disposição de ouvir as contribuições do interior. Portanto, durante todo o mês de outubro, a Comissão de Participação Popular estará realizando essas audiências públicas, com ampla participação e reuniões abertas. Solicitamos a incorporação das mais diversas entidades e movimentos sociais. As sugestões serão transformadas em emendas populares ao PPAG.

O Sr. Tadeu Barreto, Secretário Adjunto, e equipe têm participado desses debates, auxiliando a interlocução dos movimentos sociais com o corpo técnico que elaborou o PPAG. Não queremos simplesmente legitimar planos, mas, como fizemos na reforma administrativa, apresentar, com a voz da sociedade organizada, sugestões de aperfeiçoamento e de correção de rumos e novas idéias.

É fundamental haver plano plurianual afinado com o interesse maior do Estado. Aliados ao Secretário e à assessoria técnica desta Casa, estamos estabelecendo, para o próximo ano, sistemas de monitoramento, avaliação e revisão dos planos. Planos e planejamentos são necessários, entretanto muitos da administração pública não utilizam tais instrumentos. Melhor ainda quando o planejamento for associado à participação popular, como faremos nos 30 dias na Assembléia. Mais importante que o plano e que a participação popular é um plano participativo que seja executado, já que, infelizmente, no Brasil, planos se transformam em documentos de enfeite para estantes de políticos e de organizações governamentais e não governamentais.

Portanto, nos anos subseqüentes, a Comissão de Participação Popular e as comissões temáticas precisam exercer papel inequívoco do Poder Legislativo: o de fiscalização, que diz respeito a monitoramento de metas que constam de leis orçamentárias, planos e projetos aprovados pela Casa. O processo de participação não se esgotará na incorporação e apresentação de sugestões ao plano nem na avaliação do planejamento a ser aqui soberanamente votado.

Tenho outro assunto a tratar. Encontrei-me com os Deputados Mauri Torres, Bonifácio Mourão, relator da Constituição do Estado de 1989, Adalclever Lopes e outros na entrega do original da Constituição de 1935. Por feliz coincidência, em conversa com um amigo psiquiatra, o Sr. José Carlos Machado, tomei conhecimento de que o original estava em posse da família há quase 70 anos. Rapidamente entramos em contato com a Diretoria de Comunicação Institucional da Assembléia e o corpo técnico, que criaram condições para que o original fosse incorporado ao acervo da Casa. Presidida por Abílio Machado e tendo como relator o saudoso Milton Campos, a Constituição também contou com a participação do avô do Deputado Antônio Carlos Andrada e de outros parlamentares que fizeram história no política.

Deputado Bonifácio Mourão, hoje estamos muito felizes. Um país, um Estado que não resgata, não registra nem guarda a memória política e social dos seus trabalhadores e dos que o constroem, evidentemente, não se afirma como nação soberana.

Em nome desta Casa, agradeço à família Abílio Machado por essa doação ao acervo da Assembléia, que é uma contribuição ao povo mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, público das galerias, imprensa, senhoras e senhores, ocupo esta tribuna, nesta tarde, para novamente chamar a atenção desta Casa, do Poder Judiciário e da sociedade mineira para minha denúncia. Há dois ou três meses aproximadamente, denunciei fatos que dizem respeito à Juíza de Andradas, cidade do Sul de Minas. Há denúncias e fitas gravadas, que hoje não exporemos, sobre a maneira truculenta com que a Juíza dessa comarca trata as pessoas humildes. Mas estão prontas para serem mostradas à sociedade mineira, à OAB, ao Poder Judiciário e, principalmente, ao Poder Legislativo, enfim, a todos os interessados. As pessoas humildes, que têm poucas possibilidades de se defender, são alvo da Juíza.

O despacho da OAB chamava a atenção para a importância de haver controle externo do Judiciário e dizia que, por essas e outras, defendia-o. Formulamos denúncias à OAB, pedindo à Corregedoria de Justiça providências e informações sobre o encaminhamento dado à denúncia.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, parece que as vítimas viraram agressores. A Juíza tornou-se vítima, pois contratou três advogados para que essas pessoas retratem a denúncia de maus tratos. Imaginem se essas pessoas humildes, sem condições de se alimentar, terão dinheiro para pagar advogado!

Lerei o editorial do jornal regional "Andradas Hoje". Aliás, sempre que achar conveniente o lerei, para que esta Casa e o povo mineiro tomem consciência desses graves fatos. As pessoas envolvidas são humildes e, muitas vezes, não encontram vozes para se levantar a seu favor, pois a máquina do poder costuma triturar.

O editorial foi intitulado "Você deve ser a mudança que quer ver no mundo" (Frases de Mahatma Gandhi.) - (Lê:)

Há duas semanas fomos intimadas a comparecer no fórum local. Fomos? Quem? Eu, Rosângela, por ter publicado as denúncias de maus-tratos e humilhações sofridas por algumas mulheres em audiências presididas pela Juíza desta comarca.

As cinco corajosas e admiráveis andradenses que tiveram de voltar ao local que as deixou traumatizadas foram: Maria Aparecida Pádua, empregada doméstica; Adriana Pinto, dentista; Adriana Maria Barbosa Teixeira, costureira; Silvana Maria de Oliveira e Francirlei Miolo, doméstica do lar; além do advogado Dr. Edivino José Batista.

Não publicamos anteriormente em nossas páginas essas audiências de retratação, pois jamais usaríamos esse jornal para benefício próprio.

Optamos por esperar a audiência acontecer, para depois publicarmos o fato em si. Pois bem, ela aconteceu na quinta-feira, às 15 horas.

A 'vítima', no caso dessa retratação - pasmem, senhores leitores! - não eram as mães que foram chamadas de prostitutas e outros adjetivos, mas sim a Juíza. Já nós, que, com coragem e determinação, fazendo valer os nossos direitos, resolvemos denunciar, éramos as 'rés'!

O que a Juíza queria era simples. Que as mães humilhadas e maltratadas se retratassem, ou seja, desmentissem publicamente as denúncias de ofensas e humilhações feitas contra ela. A exigência para que o processo fosse arquivado naquela audiência de conciliação era a seguinte: cada uma deveria pagar uma multa de R\$240,00 - um salário mínimo -, que seriam destinados a uma instituição de caridade. Assim, a Juíza encerraria o processo contra todas! Simples, não é mesmo?! Não! Não é simples assim não, principalmente quando as vítimas, que são as mães humilhadas e maltratadas, ainda têm de desmentir um fato que jamais irá sair de suas memórias, e ainda por cima pagar um salário mínimo de multa, valor esse que muitas recebem para sobreviver durante todo o mês, e ainda passam necessidades.

Que País é esse, amigo leitor, onde quem maltrata e humilha passa a ser a vítima, e os humilhados, os réus? Que País é esse, amigo leitor, onde quem mata é herói, e quem morre é bandido?

Até quando vamos ter que conviver com essa inversão de valores e calar nossas bocas?

Para surpresa de muita gente, e talvez até da própria Juíza, optamos por ir até o final, pois contra provas não há argumentos, e o que não faltam são provas de tudo o que foi publicado.

Não estamos com esse editorial batendo no peito dizendo que saímos vitoriosas! Não, jamais faríamos isso.

Até porque ainda não fomos julgadas. Mas estamos, sim, lutando pelos nossos direitos e exigindo que o erro e o dano moral seja reparado, mas que seja na forma da lei e do lado certo, sem corporativismo.

Uma pergunta que todas fizeram após o término da audiência, e que realmente faz sentido: por que a Juíza participou dessa audiência, o tempo todo, de óculos escuros? Será que é para não olhar dentro dos nossos olhos e ter de admitir que estamos certas?

Você que está terminando de ler este editorial guarde bem as sábias palavras do respeitado líder indiano Mahatma Gandhi: 'Você deve ser a mudança que quer ver no mundo!'.

Fiquem com Deus, boa leitura e até a próxima semana, se Ele, Deus, assim o permitir!" Rosângela Ferrari Granato, responsável por esse jornal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhoras que nos acompanham, como podemos ficar calados ou cruzar os braços diante de uma situação como essa? O que é um Juiz ou uma Juíza? É um servidor do povo, que recebeu autoridade para estar ali para fazer justiça. Não para humilhar, menosprezar ou oprimir ninguém. Queremos que esta Casa acompanhe - e teremos cuidado para fazer isso - para que a justiça seja feita e as pessoas se sintam protegidas pelo poder público e não ameaçadas.

Uma das senhoras, Francisley, disse: "Não sei por onde começar. Eu me sinto humilhada, sim, de novo. Até porque estou amamentando e no momento da audiência tive que sair para amamentar. A gente é vítima. E chegando lá, virou o jogo. Além do papo de querer que a gente pague alguma coisa para o Estado ou coisa assim eu acho que ela deveria pagar alguma coisa para a gente. Porque quem foi humilhado mais ali fomos nós".

Queremos deixar registrado esse editorial e esperamos que os órgãos responsáveis por apurar e por estabelecer a justiça funcionem. Acredito que a Corregedoria, que tem todas as informações e as fitas dessas denúncias, já deve estar tomando medidas para verificar a verdade e estabelecer a justiça. O que não pode acontecer é alguém que foi humilhado virar réu. E quem humilhou virar vítima. Isso não é possível. Se não houvesse fita, documentos e testemunhos disso, não estaríamos falando nesta tribuna.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, tudo na vida tem o seu tempo e a sua hora. A Bíblia e os Evangelhos, com tanta sabedoria, nos ensinam que há um tempo para tudo. V. Exa. sabe muito bem que esse fato já tem mais de quatro anos. Isso aflorou agora e V. Exa. entra nessa briga com a Juíza. Como vizinho de Andradas, em Poços de Caldas, tenho acompanhado à distância, porque não faço política em Andradas, como V. Exa., os Deputados Dalmo Ribeiro, Alencar da Silveira e tantos outros têm feito. Pela vizinhança, até tenho alguns votos em Andradas, mas acompanho a vida de Andradas mais por vizinhança, porque sou de Poços de Caldas.

Tenho as melhores referências e informações sobre a seriedade, a competência e a integridade da Juíza daquela Comarca. Acho muito estranho que esse caso tenha acontecido há tanto tempo e vire uma celeuma a ser debatida até na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais depois que uma jornalista briga com a Juíza.

Não sei a razão da briga da jornalista com a Juíza, mas esse fato está fora do seu tempo e do seu lugar. O lugar foi em Andradas e o tempo foi há quatro anos. No entanto, estamos discutindo esse tema levantado por V. Exa. Esse assunto já foi abordado aqui nos últimos dias. Agradeço a oportunidade que V. Exa. me deu para dar o testemunho de que em Poços de Caldas, a 50km de Andradas, as referências que tenho da Juíza são de uma pessoa séria, correta, íntegra e que cumpre com regularidade e eficiência o seu mister de Juíza de Direito.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado Deputado Sebastião Navarro, eu também ouvi muitas pessoas, até mesmo de Andradas, falarem sobre a firmeza da Juíza. Essa questão não está sendo considerada, ela não está sendo condenada nem estamos levantando dúvidas sobre sua honestidade. O que não se admite é que use o poder conferido pela magistratura para humilhar pessoas. Isso ela não pode fazer. Isso é voz corrente em Andradas. Ela é useira e vezeira em humilhar pessoas e em abusar do poder que tem. Se V. Exa. andar pelas ruas de Andradas, V. Exa. vai ouvir isso também.

Por que só agora? Não posso falar daquilo que não conheço. Falo do que sei. Se tivesse tomado conhecimento desse fato no tempo em que ocorreu, teria denunciado da mesma forma. Não acho que quatro anos possibilitam esquecer uma atitude como essa. As informações confirmam o fato. Tanto é que essas pessoas mesmo sendo humildes e sob ameaças confirmaram as suas denúncias.

Não estou falando da jornalista, que está sendo ameaçada por causa da publicação. Não entrarei em briga por razão pessoal. Apenas trago a este Plenário matéria grave, pois pessoas não podem ser humilhadas. V. Exa., se quiser, pode conhecer a íntegra do fato e, tenho certeza, sentirá o mesmo que senti: revolta e necessidade de fazer algo para corrigir a situação.

A oportunidade de denunciar nem sempre se manifesta quando queremos. Certamente, essas pessoas humilhadas não tiveram como fazer essas denúncias ou não devem ter-se sentido seguras. Tão logo tenham-se sentido seguras, corajosamente fizeram-nas. Portanto, não há outra motivação senão a de que esses fatos falam por si mesmos. O que faço é apenas colocar as coisas nos seus devidos lugares. A Juíza tem de tomar sua postura de Juíza, mas respeitar todo cidadão que se colocar à sua frente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira* - Obrigado, Sr. Presidente. Deputados, Deputadas, pessoal das galerias, TV Assembléia, devido ao tempo, não foi possível apartear o Deputado Adelmo Carneiro Leão, mas tive a oportunidade de conversar com ele. Como membro também da Comissão de Saúde, penso que não só essa Comissão, mas também toda esta Casa, precisa tomar providências em relação à lei complementar que diz respeito à questão da saúde e do atendimento. Realmente, a saúde de Minas Gerais está no CTI, necessitando de providências, antes que morra.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitei cópia do relatório do jurista contratado por esta Assembléia relativo aos supersalários dos funcionários do Legislativo. Peço também a V. Exa. cópia do relatório para analisar e fornecer as informações e os esclarecimentos que, todos os dias, são solicitados pelas pessoas que encontramos em cada viagem e em cada cidade por que passamos.

Ontem, tive oportunidade de assistir ao programa do qual V. Exa. participava juntamente com o nosso amigo, combatente, referência do Legislativo, Vereador Antônio Pinheiro.

Tenho dito para todos que o Brasil, o Estado de Minas e esta Casa mudaram, e ouvi, naquele programa, em que V. Exa. foi interpelado não só por ele, mas também por outros participantes, denúncias gravíssimas de que, no Governo Hélio Garcia, alguns Deputados desta Casa receberam propina, no valor de US\$400.000,00.

A Mesa, as comissões e nós, Deputados desta Casa, precisamos apurar os fatos e convidá-lo, como ex-parlamentar, a vir dar alguns esclarecimentos. Fico incomodado quando me pedem informações ou explicações quanto aos salários dos parlamentares, que é de domínio público, e solicito a V. Exa., como 2º-Vice-Presidente da Casa, que interceda junto à Mesa para apurar as denúncias feitas no programa e pedir maiores esclarecimentos do Vereador e dos participantes do programa.

Agora, Sr. Presidente, quero afirmar que tudo o que o cidadão não deseja no momento é o que foi noticiado, ontem e hoje, pelos jornais: o Governador Aécio Neves vem propor novos tributos, para desespero do povo, principalmente da grande massa de desempregados ainda não engajados no milagre do crescimento anunciado pelo Governo Federal.

Já adianto a minha intenção de votar contra a taxa de serviço potencial, criada a pretexto de equipar o Corpo de Bombeiros e cujo valor corresponde a quase 30% do já minguado salário mínimo atual, para quem mora em imóveis com extensão de 60m² a 300m². Imagino a apreensão e o impacto causados ao trabalhador, ao pai de família e, principalmente, ao desempregado com a repercussão dessa notícia, pois as famílias deste Estado estão comprimindo seus salários, deixando de consumir bens de primeira ordem, como sabonetes, para adequar sua renda aos gastos.

Enquanto a sociedade fixa seu olhar em Brasília, nos rumos da reforma tributária, que, aparentemente, não pretende aliviar em nada a carga tributária que pesa sobre os ombros da população, o Governador quer abocanhar uma fatia do mirrado ganho do cidadão, por meio de um imposto injustificado.

Vejo, com perplexidade, a tranquilidade com que os técnicos do Governo fazem as contas para dizer quanto o Estado arrecadará com a criação de mais um tributo, insensíveis à aflição que atinge tantos lares. O Governo quer buscar, na sociedade mineira, o custeamento da instituição do Corpo de Bombeiros, de grande respeitabilidade e relevantes serviços.

Condeno mais esse imposto, por não considerar justo que os Governos continuem a resolver seus problemas de caixa em cima do sacrifício dos assalariados, para pagar as contas dos Bancos internacionais e os empréstimos tomados sem que esse mesmo povo fosse consultado.

Lamento também o destino do Estatuto do Desarmamento aprovado na Câmara, ontem. Foi um engodo, uma mentira, um teatro, pois não mudou o atual contexto. Jogam no mercado centenas de armas por ano. Como é triste observar a força do "lobby" neste País, que possui uma das maiores taxas de assassinatos do mundo.

Então, sabemos das dificuldades por que passa o Governo, principalmente a Polícia Federal. O armamento encontrado e apreendido é o contrabandeado. O projeto apresentado ontem no Congresso não passou de um teatro e de uma mentira.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, imprensa, funcionários públicos que nos visitam, mais uma vez cobrando-nos a rejeição de um veto do Governador Aécio Neves, é uma pena que o veto não é votado com voto aberto. Deveria sê-lo, sempre defendemos essa postura. Há Deputado da base de Governo dizendo que o PT é quem trai na hora de votar. Ouvimos isso ontem à noite. Sugiro sentarmos um com o outro e fiscalizamos o voto. Quero mandar um recado para esse Deputado, pois, se ele tem essa dúvida, poderemos resolver. Por nós, o voto seria aberto. É fácil averiguarmos o voto de cada um. Em não sendo aberto, resta-nos esperar que a consciência de cada Deputado funcione. O que não é possível é dizer aquilo que não constitui a verdade. Nossa posição é clara.

Venho à tribuna tratar do assunto das tarifas, sobre o qual começou a falar o Deputado Célio Moreira. Essas tarifas foram enviadas, ontem, a esta Casa, em segredo, em sigilo, pelo Vice-Governador, Clésio Andrade. Neste caso, assinou em nome do Governo. Não tive acesso a isso mais cedo. Até tentei adquirir o projeto como um todo, junto à Presidência da Casa, mas só consegui hoje, por volta do meio-dia. Logo, não foi possível à nossa bancada fazer um estudo detalhado; todavia, ninguém nesta Casa, nem mesmo a base de Governo, sabe dizer o que significa esse projeto e o que ele contém.

Neste País, precisam ser discutidas as modificações tributárias. A reforma tributária do Governo Federal, sobre a qual ouvi diversas críticas advindas do PSDB e do PFL, está sendo amplamente discutida. O relator, Deputado Virgílio Guimarães, estava até cansado de discuti-la. Nesta Casa, atendendo à proposta do Deputado Adelmo Carneiro Leão, realizou-se seminário sobre a matéria, quando contamos com a participação de Prefeitos, representante do Governo do Estado, Deputados, representantes do empresariado e das entidades dos trabalhadores, fora diversas audiências que foram feitas com setores da sociedade. Pode-se discordar ou concordar com o conteúdo final, mas debate houve. Antes de ir ao Congresso Nacional, houve reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo Governo Lula, para que empresários e trabalhadores dessem sua opinião sobre a reforma. Houve e ainda está havendo ampla discussão. Ontem, acabou a votação, em 1º turno, mas continuará sendo discutida no Senado. Ademais, o Governo Lula fez questão de que os Governadores participassem do debate.

O Governador Aécio Neves disse que nada poderia passar sem a opinião dos Governos dos Estados, que queria participar, ouvir e saber sobre a reforma. Ontem, mandou-nos um projeto, sobre o qual absolutamente ninguém discutiu, a não ser ele próprio, sua equipe técnica e o Vice-Governador. Perguntei a diversos Deputados da base de Governo, mas nem mesmo eles sabem o que são essas taxas. Esse, sim, é um pacote. Depois, acham ruim quando dizemos que se trata de pacote. Pacote é aquilo que vem fechado, sem que ninguém conheça o conteúdo. Temos de desembulhá-lo para sabermos o que há dentro e vermos se é possível ou não fazer correções. Mas chegou na forma de um pacote, de um segredo. Infelizmente é assim que chega o que já podemos chamar de "tarifaço" do Governo Aécio Neves, enviado por intermédio do Vice-Governador, Clésio Andrade, porque o Governador se encontra no exterior.

Fato é que não houve nenhum processo de discussão. Nenhum sindicato, seja patronal, seja dos trabalhadores, discutiu o aumento de tarifa. As áreas ambiental, de segurança pública, dos bombeiros, não discutiram e sofrerão os reflexos disso. Quem tem carro, quem não tem, quem anda a pé, quem não anda nem a pé nem de carro, não discutiu. Ninguém discutiu. O fato é que isso chegou à Casa, ontem, e contém coisas completamente absurdas.

Ficou claro durante os debates da reforma tributária nacional que não poderia haver aumento de carga tributária. O relator Virgílio Guimarães dizia toda vez: "Não há aumento de carga tributária". O PFL e o PSDB diziam: "Há aumento de carga tributária". O debate era se deveria ou não existir esse aumento. Todos concordavam que não deveria. Havia opiniões diferentes, mas o parâmetro era não haver aumento de carga tributária, porque o País já não agüenta aumento dessa carga.

No entender do PT não houve, na reforma tributária nacional, aumento de carga tributária. Na média, não houve, porque tivemos diminuição da carga tributária dos gêneros de primeira necessidade, dos produtos mais comprados pela população mais pobre, e foram aumentadas as tarifas de produtos menos consumidos, artigos não alcançados pelas classes populares. Isso foi o que sempre falou o relator. Houve o cuidado de não se impor aumento de carga ao setor produtivo, até pela recessão. Essa era a idéia de todos os partidos. O consenso era para não haver aumento de carga tributária.

Esse projeto, que foi enviado agora pelo Governo Aécio Neves, é simplesmente aumento de carga tributária. São tantos aumentos de taxas, e falarei sobre algumas delas, que precisamos verificar o que significam esses aumentos.

Querida, de antemão, explicitar nossa divergência tanto em relação à forma como isso chegou a esta Casa, sem discussão, quanto pela caracterização de um brutal aumento de carga tributária. Isso sem o Governo fazer as contas do quanto a reforma tributária nacional significará - segundo o Governador Aécio Neves, não seria pouco - de alívio para o caixa do Estado.

Já existe a reforma tributária nacional, que irá repercutir positivamente nos Estados. Tudo isso nos coloca na obrigação de dizer que não é correto o Governo enviar esse tipo de projeto agora, sendo que a discussão da reforma tributária está sendo feita no Congresso Nacional. O Estado não pode, no dia de hoje, impor taxas.

Algumas taxas são completamente absurdas. Ficamos até com má-vontade de discutir esse aumento e essa criação de taxas. Vou ler algumas. A insensatez é tão grande que não sei como comentar.

São muitas tabelas. Peguei a tabela M: "Lançamento e Cobrança da Taxa de Segurança Pública". Já existe Taxa de Segurança Pública, não estou falando da que já existe. Temos até de ver se existe bitributação, que seria outro problema jurídico. Continuando: "Lançamento e Cobrança das Taxas de Segurança Pública Decorrentes de Serviços Prestados pela Polícia Militar de Minas Gerais". Então, a Polícia Militar prestará o serviço, e pagaremos por essa prestação. Mas já pagamos por isso, quem paga impostos paga pelos serviços da Polícia Militar. Mas agora pagaremos pessoalmente.

Reze, Padre João, para não ser assaltado. Se for, você pagará para o assaltante e para o Estado socorrê-lo. Reze e pense se deve chamar a polícia.

De acordo com a tabela, se a polícia for chamada para qualquer tipo de ocorrência, você pagará R\$12,49. Há dúvida se é por policial ou pelo ato de chamar a polícia. Se você for assaltado, chame apenas um policial, pois, se forem dois, serão R\$25,00. Se o policial for de motopatrulha, você pagará em torno de R\$2,50. Serão quase R\$15,00 para um policial de moto, se você chamar o socorro da Polícia Militar no caso de assalto ou briga. Se o policial chegar de patrulhamento básico, serão quase R\$10,00. Se chegar de ROTAM ou tático móvel, custará uma fortuna, pois só do tático móvel são R\$16,66. Se você precisar de helicóptero, é melhor chamar o ladrão, porque serão R\$2.000,00.

As taxas estão sendo criadas para que o Governo preste o serviço de segurança pública. Há ainda a escala do Corpo de Bombeiros. Devemos rezar para que não precisemos dele. Os Pastores também devem orar para que nada de mau nos aconteça. Caso contrário, além da ausência de segurança, fruto do aumento da miséria, pagaremos pelo serviço prestado.

Há quem considere uma vitória, pois o índice de criminalidade diminuirá, uma vez que ninguém fará ocorrência. Se fugirmos, seremos duplamente assaltados. O índice de criminalidade cairá, pois pensaremos duas vezes se é preciso fazer a ocorrência, já que, em geral, não recuperamos o que perdemos. Se, por exemplo, você tem o cheque roubado, deverá chamar a polícia para fazer a ocorrência, pagando também pela expedição de BO. Como cada folha custa R\$0,25, devemos pedir ao policial para fazer boletim conciso. Se houver acidente de trânsito sem vítima, você paga R\$21,21. São apenas alguns dos pontos da Tabela M.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Rogério Correia, que, de imediato, como Líder do Bloco PT-PCdoB, com todas as ressalvas com relação ao pacote que caiu sobre nossa cabeça, está realizando estudos importantes para informar a população mineira.

Ontem, Deputado, fui informado por alguns servidores que existe a conversa de que o Bloco PT-PCdoB está defendendo a rejeição do veto, mas não votará dessa forma. Ontem, determinado Deputado disse que os servidores não devem procurar o nosso Bloco, porque é tudo conversa fiada. Disse isso ontem, à noite. Fomos até elegantes com ele. Como a sessão se prolongou, voltou e reafirmou o que havia dito. Fiz as contas: o Deputado que nos acusou integra um bloco de 29 Deputados. O nosso tem 16. Portanto, o total é de 45 Deputados. Votaremos pela rejeição do veto. Sugiro que os servidores procurem esse parlamentar - que não é de conversa fiada -, porque, com certeza irá garantir os 29 votos do seu bloco. Assim, teremos 45 votos favoráveis à derrubada do veto. Aí, veremos quem conversa fiado nesta Casa.

Discordo desse Deputado. Não atribuo votação de matérias a conversa fiada. Muitas vezes, o parlamentar da base de Governo deseja assumir determinada atitude, mas, por pressão ou decisão do partido, age de outra forma. Não julgo os parlamentares nem os partidos, como o fez, ontem, aquele Deputado. Todos que estão aqui devem ser respeitados. Já que acusou o Bloco PT-PCdoB, lance este desafio: como a conversa não pode ser feita conosco, que converse com os servidores, angarie muitos votos, para que, na próxima semana, possamos rejeitar o veto.

Deputado Rogério Correia, concordo com V. Exa. O Brasil possui uma das mais altas cargas tributárias do mundo: 36% do PIB são impostos. Além disso, a injustiça tributária é muito grande, pois quem paga mais impostos são os trabalhadores, a classe média, os pequenos e médios empresários. Todos os produtos que consumimos têm impostos embutidos. Agora, chega a esta Casa esse pacote de taxas e impostos. Vejam a questão das estradas: pagamos a CIDE, que é federal, o IPVA, estadual, e o imposto de renda. Apesar disso, as estradas continuam péssimas. A solução é privatizá-las. Aí, pagaremos pedágio. E o cidadão que sofre o infortúnio do assalto à mão armada? E aquele que tem seu carro batido? Terão de pagar para fazer o BO. Se estiver passando por situação difícil, virá um helicóptero para salvá-lo. São R\$1.745,00. Daqui a pouco, teremos de pagar para respirar. Será que isso também consta nesse pacote? Pode ser que sim, em vista de tamanha sanha arrecadadora.

Precisamos ter muita cautela e atenção quanto a esse projeto. Parece-me, Deputado Rogério Correia, que está sendo instituída uma espécie de taxa preventiva: todos os imóveis residenciais acima de 60m² serão taxados no mínimo em R\$47,00 ou R\$60,00. Depois, V. Exa. pode esclarecer-nos a esse respeito. Essa taxa deverá ser paga todos os anos, mesmo que o proprietário não tenha utilizado os serviços do Corpo de Bombeiros. É uma expectativa de incêndio. A pessoa pode até torcer por que haja incêndio em sua casa, a fim de se compensar o que já pagou.

Por isso, precisamos de muita atenção. Parabênz V. Exa. por esse cuidado com os projetos que dizem respeito ao povo mineiro. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço as palavras do Deputado André Quintão. Para que não parem dúvidas, lerei trechos da mensagem assinada pelo Vice-Governador, Clésio Andrade, que acabou dando o "chamegão" no projeto do Governo. Coitado! Infelizmente, desempenhou o papel de assinar algo tão desagradável, aliás, não é a primeira vez que isso ocorre. Os servidores se lembram da proposta da reforma administrativa, que estava para ser enviada a esta Assembléia? Na época, o Governador estava na Europa. Ao voltar, desautorizou o Vice-Governador, dizendo que não era nada daquilo. Depois de algum tempo, o pacote da reforma chegou. (- Lê:)

"Mensagem nº... - Cria taxa pelo serviço potencial de extinção de incêndio, a ser cobrada nos 32 municípios em que o Corpo de Bombeiros mantém estrutura de combate ao incêndio."

É como se fosse o IPTU do incêndio. (- Lê:)

"Cria taxa pelo cadastramento ou reavaliação anual dos responsáveis técnicos de empresas...; cria taxa pela produção e fornecimento de informações e estatísticas; cria taxa para serviços prestados sem remuneração, identificados no comparativo com a legislação de outros Estados, tais como registro de prontuário estrangeiro, credenciamento ou revalidação de licença para funcionamento de clínicas...; cria previsão de taxa para o fornecimento de atestado de antecedentes criminais, com previsão de isenção para pessoas carentes; cria taxa pela expedição de boletim de ocorrência relativo à acidente de trânsito sem vítima; cria taxa pelo fornecimento de cópia ou autenticação de folha, documento e boletim de ocorrência, e pela expedição de certidão de qualquer natureza."

E continua criando outras taxas. Na própria exposição de motivos do Governo, enumera várias delas.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Gostaria de manifestar minha opinião quanto aos detentores da função pública.

Esse pessoal necessita de tantos benefícios, e ainda podem ser mandados embora após 10, 20 anos de trabalho? Esse tempo não se recupera. Está faltando aos governantes bom-senso. Quando um Governador novo chega, quer economizar, mas, para isso, não pode prejudicar pessoas que já trabalharam tantos anos para o Governo. Se eu estivesse no Governo, e com dez anos fosse colocado na rua, ficaria desesperado, pois só saberia fazer isso. Como recomeçar? É como se o Governo jogasse 20 anos da vida desse pessoal no lixo! Sempre fui equilibrado, mas não aceito isso, muito menos a perda do direito de prosperar. O direito ao quinquênio é o direito de prosperar. Quando se fala em impostos e taxas, da forma como está sendo proposto, por exemplo, se for preciso chamar um helicóptero, é preferível chamar os ladrões. E, para o Governo, que há muito tempo vem roubando o povo, quem iremos chamar? O Bin Laden?

O Deputado Rogério Correia - Recebi um bilhete dizendo que o avião de Bombeiros custaria R\$5.424,00 por hora. Realmente, a taxa está cara!

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento-o por trazer à discussão essa proposta do Governador, o que me lembra a discussão sobre o Governo de Estado. Qual o pano de fundo da reforma tributária? Qual o modelo de Estado que desejamos, como Federação? Essa proposta é de privatização da segurança pública, é o Estado mínimo. Defendemos o projeto democrático popular, onde o Estado é o responsável pela segurança, saúde, educação, políticas públicas, e o Estado neoliberal defende que o Estado seja mínimo, e o restante sustentado pelas organizações privadas.

Com isso não concordamos. Trata-se de Situação e Oposição nesse aspecto, de modelo de Estado. A reforma tributária desonerará os produtos alimentícios, fará grande partilha de bens. As leis complementares deverão dar solução para os Estados produtores de tais alimentos. Como o Rio Grande do Sul, produtor de arroz, receberá o ICMS? A defesa da desoneração dos produtos está feita. No máximo, serão pagos 4%, podendo haver isenção total. O problema da reforma tributária ao qual o Deputado se referiu, o aumento de impostos, não é real.

Solicito aos meus assessores que façam o boletim de ocorrência. Anteontem dois deles foram assaltados próximo à Praça Sete, às 19h30min. Parados em semáforo, tiveram revólver apontado para suas cabeças, apesar de vários policiais se encontrarem nas proximidades. Felizmente suas vidas não foram ceifadas. Estados e municípios vivem situação grave. Não se podem aumentar taxas, já que o povo sofre e corre risco de morte. Recentemente, demos testemunho sobre o ocorrido em Betim. Até hoje pagamos aluguel do carro porque não recebemos o dinheiro da seguradora. Ao ser perseguido pela polícia, um veículo colidiu com o nosso. Capotamos e permanecemos no tiroteio, numa situação gravíssima. Vidas estão sendo pisoteadas.

Existem saídas para diminuir os custos. O sistema penitenciário e carcerário está falido. Há despesa de R\$800,00 a R\$1.200,00 por preso, valor pago por nós para que as cadeias se tornem escolas de crime. Existem propostas concretas, com despesa de R\$200,00 e R\$300,00 e com a participação da sociedade organizada, não apenas as APACs, para diminuir custos e reeducar os presos jovens, que se tornam criminosos ao serem encaminhados a penitenciárias. Em vez de partirmos para soluções exequíveis, propomos aumento de taxas, chegando ao absurdo de o povo passar fome. A CEMIG, a COPASA e a TELEMIG inviabilizam nossas vidas. Há muitas pessoas, como professores e advogados, desempregadas temporariamente, com linhas telefônicas cortadas. Não há medição dos impulsos. Quem nos garante que não somos roubados?

Portanto, é fundamental investirmos em tecnologia e em pesquisas, para que o cidadão seja respeitado. Existem pesquisas sérias no Estado, como as da Fundação João Pinheiro. Vamos descobrir maneiras de angariar recursos para o Estado. Queremos somar esforços para esta Casa

sair na frente. Vamos criar comissão para fazer propostas ao Governador. Não podemos ficar inertes.

Cria-se uma comissão especial para discutir, com profundidade, o modelo de Estado que desejamos para Minas Gerais. Quais as propostas concretas para respeitar os funcionários e criar recursos de maneira justa? O Estado é rico. Pelo que leio, a Europa, que possui um rego de água, ganha milhões porque investe no turismo. Se também investirmos no turismo nacional e internacional, haverá retorno, pois a região do Sul de Minas e outras são muito belas.

Companheiros e companheiras, somos inteligentes. Vamos achar soluções que respeitem o povo e criem o Estado que tanto desejamos.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Deputado Rogério Correia, cumprimento-o pela presteza e acuidade com que V. Exa vigia os interesses de Minas e de sua população.

V. Exa. já reage prontamente a esses projetos, que chegaram à Casa no dia 16 e, hoje, foram distribuídos. O nosso primeiro impacto é de ironia e de rir, pois o seu conteúdo é tão dramático que perdemos a dimensão de reestruturação do Estado que ele comporta.

Quando cheguei a esta Casa, mesmo sendo Líder do Bloco de Oposição, no meu primeiro discurso disse que compreendia as dificuldades do Estado. Para enfrentar a crise histórica, fiscal e financeira do Estado, decorrente de um modelo perverso que herdamos e desestruturou o País e, evidentemente, os Estados, precisávamos discutir com o Governador a saída, o projeto e o programa. Isso preocupava-me e alertava-me. Em todas as crises alguém perde, e é preciso escolher.

Não tem nem três dias, quando fomos votar o veto, ou seja, a proposição inteligente do Deputado Sebastião Helvécio para dar mais transparências às renúncias fiscais realizadas pelo Estado, o Governo vetou e brecou essa medida de absoluta transparência. Vemos que hoje a renúncia fiscal assume 25% dos recursos do Estado. Não sei o que levou a Mercedes, nem quanto gerou de cargos, de empregos ou de dividendos para seus Diretores. Mas sei que as cooperativas de pequenos e microempresários, pequenos e médios agricultores, recebem subsídios suficientes, mesmo sendo os que criam o emprego.

Quando discutimos a necessidade da transparência à renúncia fiscal, o Governo vetou. Porém para arrancar recursos com uma taxa absoluta e completamente inexplicável contra a população, já estrangulada pela crise econômica proveniente do Governo neoliberal, ele prontamente responde.

Deputado Rogério Correia, não é esse projeto pontual que me preocupa. Isso é parte do arcabouço de reformulação do Estado sob a ótica neoliberal, haja vista os projetos das OSCIPs, que se encontram nesta Casa e incorporam e absorvem o conceito de OS. Aliás, vimos esses projetos no Governo Eduardo Azeredo, que anunciou a possível privatização da FHEMIG. Devemos estar absolutamente alerta em relação a isso. Vemos um conjunto de medidas que retomam o modelo do Estado mínimo, ou seja, de transferir os serviços públicos, de responsabilidade do Estado, para a iniciativa privada. Leia-se privatização, terceirização e pagamento, pela população, desses serviços.

Cumprimento V. Exa. e deixo um espaço para que conclua o seu pensamento.

Não vamos apenas nos opor a esse projeto. A partir de agora, a Bancada de Oposição, integrada pelo Bloco PT-PCdoB, estará vigilante contra a reestruturação do Estado de Minas Gerais, a serviço da sua privatização, da terceirização, de um conceito de Estado mínimo que só penaliza os que já pagaram, historicamente, esses dez anos de modelo. Por isso quero cumprimentá-lo e deixar claro qual é o meu voto particular e o voto do Bloco com relação ao veto que está em curso, relativo à função pública.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Rogério Correia, agradeço a oportunidade de debater com V. Exa. e esta Casa a respeito de uma matéria relevante que preocupa a todos. A questão tributária e fiscal no Brasil é de fato algo que, com certeza, está diretamente ligada a esse processo de recessão, de desaquecimento da geração de empregos, a essa situação que aflige a todos nós, ao vermos em um País tão rico, com tantas potencialidades, reinar ainda tanta pobreza, tanta desigualdade social. Ficamos assombrados, porque temos a convicção de que este País é extremamente competente, feito essencialmente por um povo laborioso, e constantemente nos deparamos com mazelas sociais que crescem a cada dia. Portanto, aumento de impostos, de taxas, ou o que quer que seja, requer um debate profundo e não pode ser aceito como algo que vai resolver, de uma vez por todas, os problemas que enfrentamos. Digo isso com a certeza de que tanto nós, do PSDB, da base do Governo, quanto o bloco de oposição queremos o melhor para o nosso povo. Não tenho dúvidas de que o Governador Aécio Neves também quer o que há de melhor para todos os mineiros. Está iniciando um trabalho para governar Minas Gerais, buscando as melhores condições para fazer um governo sério e austero.

Projetos dessa natureza serão debatidos com franqueza entre nós, senão teríamos uma situação posta. A Oposição, representada por 16 brilhantes Deputados nesta Casa, iria se posicionar contra, a Situação iria se posicionar a favor, e a questão estaria resolvida. Afinal de contas, como já foi dito e decantado inúmeras vezes aqui pela própria Oposição, bastariam os votos da Situação, e estariam aprovados os projetos. Para que os debates? Ainda bem que não é assim que as coisas ocorrem nesta Casa. As coisas têm mudado. Nossa democracia se tem consolidado. O nosso Governador é um exemplo de postura democrática para todos nós. Nosso Governador, que foi base de sustentação do Governo Federal anterior, foi um dos Deputados que sempre lutou por Minas Gerais sem perder o sentimento de lealdade para com o Governo. Basta lembrarmos, por exemplo, o episódio de Furnas. Quando o Governo Federal falou em privatizar Furnas, talvez uma das primeiras vezes que se levantaram e agiram de forma consistente, defendendo os interesses de Minas, demonstrando que aquela não era a melhor alternativa, foi o Governador Aécio Neves, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. Portanto, o próprio Governador nos dá o testemunho de que o parlamento deve ser uma casa de debates, uma casa em que se procure construir alternativas adequadas para o nosso povo. Assim ocorreu com a discussão da reforma administrativa nesta Casa, um processo do qual todos partilharam - a Oposição, a Situação, os servidores. Participei ativamente desde o primeiro momento e continuei participando. Os desdobramentos que ocorrerão terão a participação de todos. Ninguém pode prejudicar que a Oposição ou a Situação resolve ou não resolve sozinha. A democracia há de se construir com um debate sincero. É assim que me quero dirigir a V. Exa. com relação a essas questões da reforma dos projetos ligados à área tributária.

Não concordo com aumentos de impostos de uma forma que não seja discutida com a sociedade, em que haja clareza de quem vai pagar e, principalmente, que de forma clara venham a contribuir para uma penalização maior ainda daqueles que já estão sacrificados em nossa sociedade.

Farei uma referência histórica a nosso sentimento de defesa dos interesses do povo mineiro e dos brasileiros. Não posso deixar de lembrar que, em Minas Gerais, aquele que é sem dúvida a referência para todos os mineiros, na defesa das liberdades e de todos os valores da nossa gente, Tiradentes, talvez por uma situação muito menos grave do ponto de vista fiscal e tributário, perdeu sua vida, mas manteve sua convicção e sua dignidade. Naquela ocasião, o que se considerava uma derrame de impostos era 1/5 do que se produzia, ou seja, 20%. Hoje, no País, pagam-se 40% de impostos sobre tudo o que se produz. Vivemos em uma condição de espoliação de nosso povo. É certo que somos uma República, um povo que decide o seu destino. Não somos escravos de um reino, mas temos de decidir o nosso destino respeitando a força de quem trabalha e de quem tem a coragem de empreender qualquer negócio.

Tanto o Governo Estadual quanto o Federal precisam ter a visão de que não podemos pensar que cabe ao PT criticar o Governo do Estado e ao

PSDB, o Governo Federal. Esse raciocínio não me basta, porque é simplista demais. Cabe à Oposição e à Situação da Casa discutirem juntas alternativas melhores para o nosso povo, tanto do ponto de vista estadual quanto do federal. Acabamos de ter aumento na alíquota que incide sobre a base de cálculo do PIS-PASEP de 25%: passou de 0,3% para 0,4%. Alguém pode dizer 0,3% para 0,4% é 0,1%. Ora, na verdade, trata-se de mais de 25% de aumento.

Tivemos ainda um aumento próximo de 30% do Imposto de Renda sobre pessoa jurídica prestadora de serviço, que interage praticamente com todo tipo de cidadão, desde empresas transportadoras até as mais diversas nas áreas de informática, dos serviços de segurança e por aí fora. Portanto, são mudanças no âmbito federal.

No final do ano passado, com a conivência do Governo do PSDB, do qual faço parte - e entendo que trouxe grandes avanços para o País e ainda tem muito que contribuir -, o atual Governo, com sua equipe de transição e com conivência do Governo passado, promoveu verdadeira derrama de aumentos de alíquotas de IPI em uma enormidade de produtos. Houve um aumento substancial da carga tributária em uma transição em que um Governo e outro, em tese de oposição até então, foram coniventes para aumentar a carga tributária sobre as costas do cidadão brasileiro.

Deputado Rogério Correia, uma discussão como essa deve ocorrer sem paixão partidária, mas com paixão pelos interesses do povo mineiro. Estaremos discutindo - e tenho a convicção - com interlocutores equilibrados da parte do Governo do Estado, porque, senão, debateremos com o Governador Aécio Neves, um homem de história exemplar de democracia. S. Exa. quer, com certeza, o equilíbrio fiscal do Estado - e é dever dele obtê-lo. Caso contrário, não paga o 13º salário do servidor, não assiste adequadamente à saúde e à educação no Estado. S. Exa. haverá de fazer uma interlocução conosco para que o projeto tenha a melhor adequação à realidade do povo mineiro, assim como procuramos fazer quanto à reforma administrativa. Foram amplos os debates na Casa, e muitas, as mudanças. Diria que grande parte delas, sem dúvida a maioria, não foi vetada. A que foi vetada continua sendo objeto de debate e de discussão. É assim que deve ser.

Pode estar certo, Deputado Rogério Correia, de que estarei a seu lado, assim como ao lado dos Deputados do PT e da base de Governo, para discutirmos modelo de Estado e de gestão pública mais adequados ao povo mineiro, respeitando os servidores, encontrando solução para os casos absolutamente inadmissíveis - como a redução de salários de quem recebe proventos há 15 anos ou mais - e valorizando os Diretores de Escola. Faremos isso baseados em entendimento com a base de Governo, pois acreditamos nisso e em nosso Governador. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Certamente, estaremos dispostos a discutir com a base de Governo o que estamos criticando, como sempre estivemos. Claro que fazemos essa crítica baseado ainda em análise superficial.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Rogério Correia, quero primeiramente parabenizá-lo por trazer essa reflexão a esta Assembléia, aliás, a Casa certa para discutir com a sociedade os seus interesses, pois tem a responsabilidade de votar e decidir sobre tudo o que for de interesse da sociedade mineira.

Estava refletindo sobre os apartes e o pronunciamento de V. Exa. e pensando no que disse o Governo Federal a respeito de não ter dinheiro para honrar seus compromissos, para pagar os juros, o FMI e toda a sociedade que lhe presta serviços. Da mesma forma, os Governos Estaduais também dizem não ter recursos. Na semana passada, nesta Casa, os Prefeitos disseram não poder arcar com os compromissos assumidos. Os empresários e os cidadãos também não têm dinheiro, assim como os trabalhadores. Só posso admitir um empobrecimento visível da nossa sociedade. Isso está registrado nos números, pois a economia do nosso País deve crescer em torno de 0,5%, e a população, 2%. Essa diferença significa aumento do desemprego e, conseqüentemente, aumento da criminalidade, dos aparatos de segurança, do número de alunos nas escolas públicas e de pacientes nos hospitais públicos. Enfim, tudo verte, evidentemente, nos compromissos do Governo, ou seja, de responsabilidade estatal.

O Deputado Domingos Sávio foi muito feliz, pois não basta apenas criticar o Governo Lula e o Governo Aécio. Temos de achar saída para o Brasil. Existem outras nações que encontraram seu caminho. Como exemplo, posso citar a Coréia, país sem recursos naturais e tido como pobre, mas que resolveu investir na educação e na pesquisa científica e tecnológica, organizando o seu povo. Portanto, desenvolver tecnologia, educar e organizar o povo, fazendo com que o processo produtivo fique mais competente, pode levar o Brasil à diminuição de custos, ao aumento da produtividade e à maior participação no mercado internacional. Nosso País, hoje, participa com menos de 1% desse mercado. Ou seja, se o Brasil deixar de existir, ninguém sentirá falta. Não podemos nos contentar com isso.

É bom a sociedade brasileira saber que o projeto de reforma tributária do Governo Federal abre espaço para o aumento efetivo de impostos. Não se trata de opinião minha, mas dos analistas: é absurdo pagar-se 36% do PIB em impostos, contribuições e taxas. Essa é uma discussão que temos de fazer, pois temos compromissos demais pelo empobrecimento da sociedade brasileira, e, por outro lado, tem-se de aumentar a carga tributária, as taxas e os impostos para cobrir esse déficit.

Portanto, a reflexão que V. Exa. traz a este Plenário é extremamente importante. Esta Assembléia há de se debruçar sobre esse tema para que possamos achar uma saída que não seja aumentar impostos. Aliás, nosso Estado está pior que o Brasil em relação à aplicação em ciência e tecnologia e, evidentemente, no ensino superior.

O exemplo da UEMG é o mais evidente de que os outros Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e outros do Nordeste, estão encontrando seu caminho, enquanto Minas encontra-se na sua apatia com relação à aplicação de seus recursos no desenvolvimento científico e tecnológico e no ensino superior, conteúdos estruturantes que possibilitam que o Estado produza mais e recolha mais impostos, podendo, assim, dar um salário digno ao funcionário público, de maneira geral.

Parabenizo V. Exa. por trazer esse assunto importante, não no aspecto de apenas criticar o Governo, mas no aspecto de encontrar a raiz do problema, para que possamos consertar o Estado e o País.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço o Deputado Paulo Piau por suas palavras. Evidentemente, precisamos fazer uma análise mais pormenorizada de toda a situação.

Quero apontar, mais uma vez, a nossa discordância quanto a esses itens, criados a mais quanto à taxa. Essas observações devem ser feitas, e o projeto precisa ser analisado com muito cuidado. Na tabela M, por exemplo, há um item com os seguintes dizeres: "Situações em que o interesse particular do solicitante predomine sobre o interesse público". Nesse caso, vêm, como o Governo anunciou pela imprensa, os eventos. Mas depois irá acrescer aos eventos um texto que diz: "Atendimento a ocorrências e solicitações não classificadas em outros itens". Aí não será apenas nos eventos, mas em outros itens quaisquer, exatamente com os mesmos preços da tabela. Nesse ponto, temos a brecha para que o Governo cobre de qualquer pessoa, considerando isso como um interesse particular, e não coletivo.

O Deputado Padre João (em aparte) - Deputado Rogério Correia, parabenizo-o por trazer o assunto a esta Casa tão rapidamente.

Como a Deputada Jô Moraes disse, fico surpreso, pois tudo parece uma piada. Temos de fazer um paralelo em relação ao Governo Federal.

Enquanto a União vem investindo em agricultura familiar e na segurança, repassando para o próprio Estado valores vultosos a serem aplicados no Norte de Minas e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, o Governo Estadual expolia o cidadão.

A situação é muito grave; e esse pacote, bastante preocupante. Sou testemunha do programa do Governo Federal que visa à transferência de renda e à unificação, envolvendo os Ministérios da Saúde, da Educação, da Assistência Social, das Minas e Energia e da Segurança Alimentar.

É importante falar da retomada de crescimento feita pela União. Nunca tivemos tamanho investimento na agricultura e na pecuária. Se um agricultor familiar pegar R\$5.000,00 no Banco do Brasil, devolverá R\$4.300,00, ou seja, receberá um bônus de R\$700,00. Esse é um grande incentivo para a agricultura. Isso não é conversa fiada. O Governo Federal está investindo no cidadão. Basta vermos o Plano Safra, o investimento na segurança e o programa de transferência de renda.

A Deputada Maria Tereza Lara foi muito feliz quando disse que esse é o modelo de Estado que queremos. Precisamos de uma resposta concreta, com ações concretas, dentro de um plano de trabalho e de um planejamento de todas as atividades.

Parabenizo V. Exa. por trazer esse assunto ao Plenário. Como membro do Bloco PT-PCdoB, estarei empenhado sobretudo no que vem trabalhando o Deputado Paulo Piau, ou seja, na questão do meio ambiente, que V. Exa. não mencionou, mas faz parte desse pacote e traz algumas aberrações. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Padre João. Solicito ao Presidente que encerre a reunião, de plano, tendo em vista que há pouco mais de oito Deputados em Plenário.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/9/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

exonerando Geraldo Márcio Bertola do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

exonerando Maria Elia Carvalho Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Geraldo Márcio Bertola para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria Elia Carvalho Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Antônio José Borges Morais do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

exonerando Monique Raquel Barbosa Finardi do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Gladys Freitas Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Monique Raquel Barbosa Finardi para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.102, de 3/7/91, 5.105, de 26/9/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo:

provendo Paulo Rogerio Ribeiro de Navarro no cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada.

AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2003

Em 23/9/2003, o Sr. Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais negou provimento aos pedidos de impugnação de edital apresentados pelas empresas Albina Conservação e Serviços Técnicos Ltda. e CBEAGÁ Administração e Serviços Ltda. com base nos fundamentos apresentados pela Procuradoria-Geral da ALEMG, Parecer nº 4503/2003.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2003

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/10/2003, às 10h30min, Pregão Eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global, para a contratação de seguro total, com vencimento às 24 horas do dia 25/5/2004, através de seguradora, sem intermediação de corretoras, para 1 veículo Vectra CD 2.2, chassi 9BGJG19YD4B103889, ano de fabricação 2003, modelo 2004, placa GMG 5303.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALEMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Nesse último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

ERRATA

"MENSAGEM Nº 107/2003*

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/9/2003, na pág. 65, col. 2, na sétima linha, onde se lê:

"Lei nº 13.438, de 30 de dezembro de 1999.", leia-se:

"Lei nº 12.732, de 30 de dezembro de 1997."